

SARNEY DÁ O RECADO DOS GENERAIS

O governo chegou a uma situação de inteiro descrédito. As mais diversas correntes de opinião discutem fórmulas para substituir o presidente Sarney. Os militares, que hoje representam a principal base de sustentação do governo, resolveram se antecipar à iminente crise de poder bancando um mandato de cinco anos para José Sarney. E o próprio presidente se prestou à

função de porta-voz dos generais. Afrontando a Constituinte Sarney deu o assunto por encerrado e declarou que só sai do Palácio do Planalto em 1990. Resta saber se a realidade vai se curvar aos desejos dos militares e do presidente. O pronunciamento de Sarney na TV deixou nos brasileiros a impressão de que estavam ouvindo uma ordem do dia no quartel. Veja p. 4.



Propostas para uma Constituição Progressista

Em questões-chave da Constituinte, os relatórios das subcomissões apontam no sentido reacionário. Para defender os interesses de mudança reclamados pela nação, as forças progressistas

articulam seis propostas de emendas constitucionais. Estas propostas deverão ser encaminhadas à Constituinte através de abaixo-assinados com um mínimo de 30 mil assinaturas:

1**Sobre a dívida externa**

(nas disposições transitórias)

Fica suspenso por tempo indeterminado o pagamento da dívida externa e dos respectivos juros.

§ único: Será realizada através de comissão do Congresso Nacional, com a participação de todos os partidos, rigorosa auditoria sobre a dívida externa e as condições em que foi contraída.

3**Sobre as Forças Armadas**

As Forças Armadas destinam-se a defesa militar da pátria contra a agressão externa e assegurar a integridade do território nacional.

§ único: As Forças Armadas não poderão intervir na vida política do país.

5**Sobre o sistema eleitoral**

O voto será universal, direto, secreto e pelo sistema proporcional para os cargos legislativos

6**Sobre a Reforma Agrária**

Fica extinta a grande propriedade latifundiária.

§ primeiro: para os fins da reforma agrária considera-se grande propriedade latifundiária os imóveis rurais pertencentes a um único proprietário que ultrapasse as seguintes dimensões: 1) 500 hectares nas regiões sul e sudeste; 2) 1000 hectares nas regiões nordeste e centro-oeste; 3) 500 hectares nas regiões de carência de terra no nordeste; 4) 1500 hectares em Mato Grosso e na região norte.

§ segundo: não serão objeto de desapropriação as pequenas e médias propriedades.

2**Sobre o sistema de governo:**

O sistema do governo do Brasil é de tipo parlamentarista.

§ único: O Congresso Nacional aprovará a indicação do primeiro-ministro e de todos os membros do Conselho de Ministros. O voto de desconfiança do Congresso atingirá igualmente a todos os membros do Gabinete.

4**Sobre a sucessão do atual presidente**

(Nas disposições transitórias)

Será realizada eleição direta para presidente da República 120 dias após a promulgação da nova Constituição.

EDITORIAL

Fim de carreira

A semana passada foi rica de acontecimentos que ajudam a compreender a situação do país. O Citicorp - maior credor individual do Brasil - ameaçou recorrer à ação judicial para cobrar os juros da dívida externa. O presidente Sarney, a mando dos generais, comunicou à nação que seu mandato é de cinco anos, que o sistema de governo deve continuar sendo presidencialista e que acabou a discussão. E depois disto ainda disse que todos devem se unir. Todo mundo entendeu "ordem unida". Na Constituinte, nas questões referentes à estrutura política, às eleições, aos partidos políticos e às Forças Armadas, trama-se um sistema reacionário e antidemocrático. O ministro Bresser Pereira reconheceu, na maior cara-de-pau, que vamos conviver com uma inflação de 20% ao mês por muito tempo.

Ficam claros aí três componentes importantes da conjuntura: a pressão do imperialismo, a interferência dos militares e a incapacidade do governo da grande burguesia de apresentar soluções para o país.

O capital estrangeiro não admite que se toque nos seus lucros. Aperta o cerco visando obrigar o governo brasileiro a abrir mão até da tímida moratória decretada há três meses. Sabe-se também que diversas multinacionais, aprofundando as dificuldades de abastecimento do mercado, estão reduzindo suas atividades no Brasil.

O governo, por sua vez, não se mostra capaz de enfrentar a ofensiva imperialista. A única garantia real de defesa da soberania nacional é a ampla mobilização popular. Só a voz poderosa das multidões nas ruas, nas empresas, em todo o Brasil, pode derrotar os sabotadores, a especulação e o boicote dos grupos multinacionais e de seus comparsas brasileiros. Mas a grande burguesia teme o povo, como se fosse o Satanás. Se oferece alguma

resistência ao capital estrangeiro, é apenas como forma de ficar com parte mais substancial da brutal exploração sobre os trabalhadores.

Nestas condições, o governo burguês se associa cada vez mais intimamente com os generais para trabalhar contra a liberdade e a democracia. Desacreditado por todos, o presidente Sarney, na sua fala na TV, deixou evidente que suas palavras estão apoiadas nas baionetas. E esta manobra golpista e aventureira tem como complemento a atividade antidemocrática na Constituinte, para manter a interferência das Forças Armadas na vida política do país, para liquidar o voto proporcional e para manter o sistema presidencialista - que tem sido sinônimo de ditadura ao longo de nossa história.

Alta aos olhos a incapacidade da burguesia de encontrar saídas para a crise que atormenta os brasileiros. Em dois anos de Nova República, esgotaram-se todas as potencialidades de mudanças desta camada social. Aliás, para ser mais preciso, desde o início de 1986 já se substituiu a transição democrática pela construção de um regime autoritário. Agora apenas chega-se a um ponto crítico deste esgotamento, com a tendência cada vez mais evidente para usar o argumento da força contra os anseios maiores do povo e da nação.

Mas entre a vontade da burguesia e a prática pode existir um fosso muito grande. A curto prazo é possível que a linguagem da truculência obtenha algumas posições. A questão chave, entretanto, é que não se resolvem as dificuldades econômicas com bombas e cassinetes. Só o povo e a democracia é que apontam no caminho do progresso. As manobras reacionárias devem ser respondidas pela união e luta dos trabalhadores e de todas as correntes progressistas, dentro e fora da Constituinte.

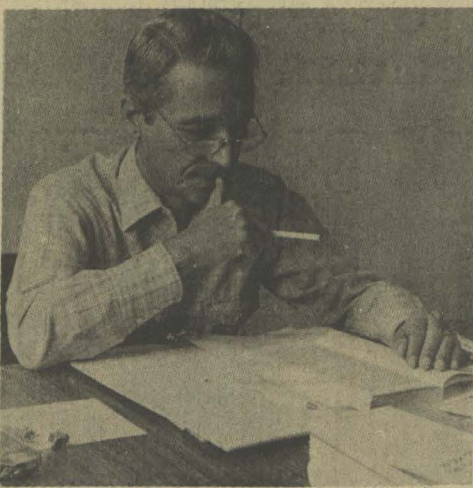


Foto: Alton S. Leite

Cavagnari: "Já há intervenção militar"

Um militar contra o militarismo

A Tribuna Operária entrevistou o coronel Geraldo Cavagnari, que surpreendeu a Constituinte ao condenar o militarismo, e que garante: "O atual presidente valoriza demais sua base de sustentação militar, e quem age assim vira prisioneiro dos quartéis". P. 5

NOVO PREÇO

A inflação e a alta desmedida dos preços nos forçam a, mais uma vez, aumentar o preço de capa da Tribuna Operária. A partir desta edição, o exemplar passa a custar Cz\$ 10,00. Os preços das assinaturas: anual, Cz\$ 1 mil; anual popular, Cz\$ 500,00; semestral, Cz\$ 500,00; semestral popular, Cz\$ 250,00; assinatura no exterior, 70 dólares.

Servidores derrotam Quêrcia

A Assembléia Legislativa de São Paulo, sob a maior pressão popular de sua história mais recente, derrotou o projeto do Governador Orestes Quêrcia que eliminava o gatilho salarial para o funcionalismo público. Os servidores estaduais comemoraram a vitória e se preparam para continuar o movimento grevista diante das ameaças do executivo de enviar recurso ao Supremo Tribunal Federal (arguindo a inconstitucionalidade do gatilho salarial para os

funcionários públicos) e de não conceder os gatilhos já vencidos. A ampla mobilização da categoria, sua unidade e capacidade de articulação política têm garantido o avanço na luta contra o arrocho. Outro exemplo importante é o dos funcionários públicos gaúchos do Estado e do município de Porto Alegre. Massivas concentrações públicas marcaram a greve que impõe recuos ao governo do RGS.

Leia na pág. 6.

DÍVIDA EXTERNA

União dos trabalhadores de todo continente contra o imperialismo

A Conferência Sindical Latino-americana e Caribenha sobre dívida externa, realizada entre os dias 18 a 21 na Universidade de Campinas (SP), acentuou a necessidade de união dos trabalhadores da região na luta contra a espoliação imperialista. Os participantes - representando mais de 20 países - pintaram um quadro dramático quando abordaram as consequências do endividamento: materializadas no aumento do desemprego, queda das

tica do valor real dos salários, inflação e redução dos investimentos. Buscando unir os povos da América Latina e do Caribe, os sindicalistas marcaram para o próximo 23 de outubro o dia de Manifestações contra a dívida externa, que deverão ocorrer nos distintos países. Os débitos da região atingem, atualmente, o total de 382 bilhões de dólares, que não podem ser pagos a não ser agravando a miséria e a fome. Veja reportagem na última página.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

KLÁUS BARBIE

Pelo mundo



O carrasco eficiente

No dia 11 teve início, em Lyon-França -, o julgamento do oficial nazista Klaus Barbie. O carrasco não comparece às sessões de julgamento - disse que sentia-se "em Nuremberg" (ver matéria nesta página). Mesmo assim, 110 pessoas estão depõemdo no tribunal francês. Os crimes de Barbie não são isolados e nem obra de um insano. Eles foram realizados para servir a um senhor supremo: o capital.

Um funcionário de comportamento rígido, disciplinado e impecável. Essa é a definição que a Gestapo (polícia secreta nazista) dava a Klaus Barbie, seu comandante em Lyon, na França ocupada, entre 1942 e 1944.

A sua "dedicação" à Gestapo teve como resultado a morte de 4.000 pessoas, grande parte crianças. Detalhando mais, Barbie, no seu comando em Lyon, fechou o Comitê de Lyon da União dos Israelitas da França, numa batida feita em 9 de fevereiro de 1943, onde mais de 70 pessoas foram detidas e imediatamente deportadas para os campos de concentração na Alemanha, para serem exterminadas. A prisão de Montluc era, nesses tempos, um centro de torturas, que tinha a participação pessoal do "carrasco de Lyon" Klaus Barbie.

Talvez o mais cruel de todos os seus crimes tenha sido a chamada "batida de Izieu". Izieu

era um povoado judeu nas proximidades de Lyon. Barbie invadiu esse povoado e matou sete pessoas. Além disso, invadiu a escola local e prendeu 44 crianças judias, 41 com menos de 15 anos de idade, - e as deportou para o campo de concentração de Auschwitz, na Polônia, onde morreram na câmara de gás. Barbie também deportou 650 pessoas no último trem que deixou Lyon com destino aos campos de concentração.

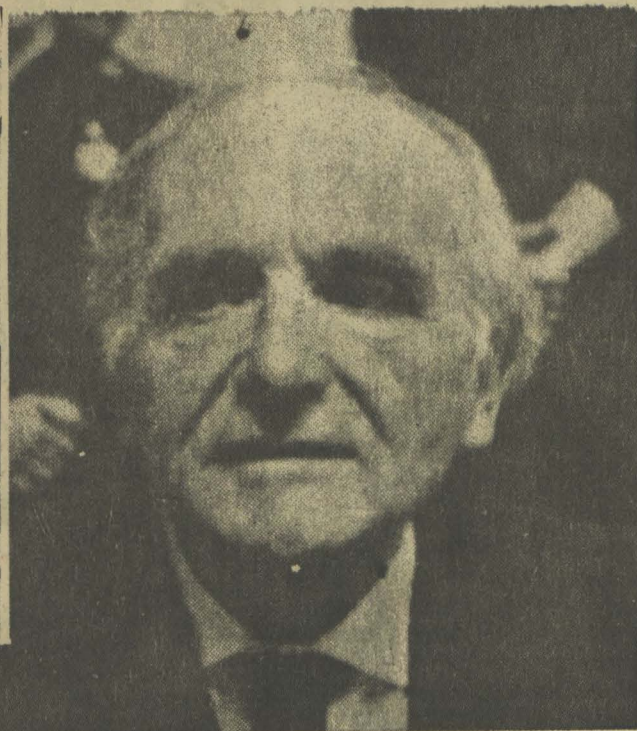
Lyon foi a cidade onde a resistência francesa mais cresceu. Barbie a enfrentou com mão de ferro. Prendeu, torturou e matou o líder da resistência, Jacque Moulin.

O que se vê é que Barbie nada mais foi que um representante do Estado capitalista que, nos momentos de crise do sistema, apela para o terrorismo extremo. O nazismo foi isto, e Barbie foi o seu representante. Cumpriu bem o seu papel, como reconhecem os nazistas.

Barbie não ficou sem o que



Barbie em dois tempos: oficial torturador e agora, finalmente, sendo julgado pelos crimes cometidos a mando do capital



fazer após a queda do regime nazista. Foi para a América assessorar as ditaduras fascistas, bem como os grupos paramilitares de direita. Estabeleceu-se na Bolívia e teve papel fundamental no golpe militar que levou o general Rene Barrientos ao poder, em 1964. Durante o regime militar boliviano organizou o grupo terrorista Noivos da Morte, que reprimia os opositores do

regime.

Esteve também no Peru em 1971, e não será surpresa se não passou por outros países latino-americanos nesse período, sempre com o objetivo de assessorar grupos de direita.

Com a democratização da Bolívia, subiu ao poder Hernán Siles Zuazo, que expulsou Barbie para a França, o que possibilitou o atual julgamento. Nesta época (1983), Barbie

mantinha um escritório comercial, que servia para as transações com cocaína que fazia na Bolívia.

Essa foi a trajetória de Klaus Barbie, nazista convicto desde os 20 anos, quando ingressou para a Juventude Hitlerista. Um "funcionário de comportamento rígido, disciplinado e impecável"... para o Estado capitalista.

(Dennis de Oliveira)

Um tribunal que continua assustando



2 Tribunal de Nuremberg

Nuremberg: os horrores da ditadura fascista expostos em 403 sessões que condenaram o nazismo

agredidos durante a guerra, mas como patrimônio de toda a humanidade e lição para a História.

O Tribunal de Nuremberg teve oito juizes, um titular e um suplente representando cada umas das potências aliadas. Seis organizações da Alemanha nazista foram declaradas criminosas: as SA (Seções de Assalto), as SS (espécie de tropa de choque), a Gestapo (polícia política), a SD (serviço secreto das SS), o Partido Nazista e o Alto Comando Militar alemão. Os crimes pelos quais estes grupos e seus representantes foram julgados eram quatro: violação das leis de guerra, como maus tratos a prisioneiros e devastações não-justificadas; crimes contra a humanidade - torturas, perseguições políticas, ideológicas ou religiosas; crimes contra a paz mundial; e participação em conspiração para praticar os

três crimes anteriores.

DIFICULDADES POLÍTICAS

A preparação do julgamento mostrou de antemão algumas das dificuldades de promover uma iniciativa política comum entre Estados Unidos e União Soviética coincidentemente com a abertura da guerra fria - principalmente após a morte do presidente norte-americano Franklin Roosevelt, substituído pelo bem mais direitista Harry Truman. Em junho de 1945, na primeira reunião preparatória para o julgamento, o representante norte-americano chegou com um esboço pronto. Enquanto esperava a chegada, em Londres, dos representantes soviéticos e franceses, aproveitou para conversar a sós com os ingleses.

Ao longo de seis semanas de negociações, a lista de acusados diminuiu de 150 nomes para 22. Entre eles não apareciam, entre outros, o próprio

Hitler, dado como morto, seu ministro de propaganda Josef Goebbels e o industrial e eminência do regime nazista Gustav Krupp, considerado mentalmente incapaz pelo tribunal. A maioria dos réus eram dirigentes nazistas caídos em desgraça e relegados por Hitler a postos secundários, oficiais militares e magnatas que apoiavam o regime. Os mais importantes entre eles eram o marechal Hermann Goering - fundador da Gestapo e apontado pelo próprio ditador como seu sucessor - e Rudolf Hess - que comandou durante anos o aparelho do Partido Nazista e hoje é o único prisioneiro da prisão de alta segurança de Spandau, na Alemanha.

Apesar das limitações de sua condução e de seu desenvolvimento, o Tribunal de Nuremberg acabou cumprindo um papel educativo para a compreensão das pessoas que não viveram sob a ocupação nazista sobre o que representa este tipo de Estado. Os relatos das prisões e execuções sumárias de milhões de pessoas em função de suas convicções religiosas e políticas, de sua origem racial ou mesmo nacional; da guerra de extermínio e destruição econômica empreendida pelo exército alemão contra os países ocupados, particularmente a União Soviética, contribuíram para um alerta.

A parte uma análise política, histórica e até mesmo sociológica mais profunda que se fez sobre o fascismo, ele aparece como o Estado totalitário que não permite nem tolera - mais do que isso, pune com a morte ou a humilhação - aquilo que é diferente, a dissidência, a liberdade de pensar e defender idéias. Principalmente a idéia dos que são explorados lutarem pelos seus mínimos direitos, e menos ainda pela sua libertação dos exploradores e pela construção de uma nova sociedade.

O fascismo e o nazismo apareceram também no Tribunal

de Nuremberg como o modelo do Estado que faz do terror seu método de governo e das guerras de anexação e agressão sua forma privilegiada de relação com as nações que não se aliam ou submetem - até onde é possível estabelecer esta diferença. São revelações que permitiram, se não impedir, pelo menos denunciar como igualmente criminosos perante a humanidade os regimes militares que ao longo das décadas de 60 e 70 massacraram os povos da América Latina - como Brasil, Argentina e Uruguai -, da África e da Ásia. Assim como a ditadura comandada até hoje no Chile pelo general Augusto Pinochet - um discípulo semi-confesso de Hitler.

Ao limitar o número de acusados a apenas 22, porém, o julgamento de Nuremberg certamente presenteou com a impunidade e o esquecimento muitos dos criminosos nazistas. E, entre estes 22, apenas 12 foram condenados à pena máxima, a morte na forca. Sete outros - entre eles o último ainda cumprindo pena é Rudolf Hess - foram condenados à prisão. E três dos acusados foram absolvidos.

PRECEDENTES

Ao limitar tanto o banco dos réus, e em seguida apresentar tanta tolerância nas punições, os que comandaram o Tribunal de Nuremberg acabaram abrindo precedentes. E não deixaram de inspirar soluções como a que hoje é patrocinada na Argentina: o presidente Raúl Alfonsín apresentou uma lei sobre o princípio da "obediência devida", pela qual ficam isentos de culpa os militares que durante o regime ditatorial cometeram crimes contra a humanidade "sob ordens superiores". Foi em Nuremberg que os juizes preferiram punir "exemplarmente" apenas alguns chefes simbólicos, como se este tipo de concessão tivesse algo a ver com justiça.

Atualmente, os capitalistas investem contra o Tribunal de Nuremberg. Quando os militares argentinos começaram a ser julgados por seus crimes na "guerra suja", editoriais em jornais conservadores e os advogados dos criminosos levantaram sua voz: "Não podemos realizar um novo Nuremberg!" O mesmo aconteceu no Uruguai, quando colocou-se a questão de julgar os militares locais pelos crimes cometidos durante a ditadura. Nuremberg é apresentado, então, como o acerto de contas final, a "revanche". Mas os trabalhos desenvolvidos pelo tribunal desmentem essa versão. Nuremberg representou uma conquista das forças democráticas. Nada teve de revanchista. Houve mesmo acordos de bastidores, articulados principalmente pelos EUA, amenizando penas e diminuindo o número de réus. Mesmo assim assustou os exploradores (S.O.)

Colhendo tempestades

Ronald Reagan está mesmo em tempos de vacas magras. Acuada pelas evidências de seu envolvimento no tráfico ilegal racista ao país, Irã, envio ilegal de verbas para mercenários na Nicarágua e pagamento - igualmente ilegal - de resgate a sequestradores de agentes ianques no exterior, o presidente da Casa Branca vive agora mais uma desmoralização. O Iraque atacou, no dia 17, uma fragata de guerra estadunidense no Golfo Pérsico. Apesar de ser zona de conflito, a nau norte-americana foi surpreendida, e mais de 30 marinheiros morreram. Reagan teve que engolir um pedido de "desculpas" do governo iraquiano pelo ataque - feito "por engano" - e sequer pôde tomar represálias.

Questão de método

Foi em maio de 1980. Na Coreia do Sul o povo sublevava-se contra a ditadura imposta ao país pelas Forças Armadas estadunidenses. O governo reagiu com repressão. No "massacre de Kwangju", como é conhecido o episódio, foram mortos 200 opositores. Agora o país, novamente tomado por uma onda de protestos populares, realiza atos lembrando o massacre. E a resposta governamental continua a mesma: desde a semana passada, 40 mil policiais realizam batidas em universidades, estações de ônibus e trens, hotéis e templos religiosos, caçando opositores. Bombas de gás, tortura de prisioneiros, perseguição a organizações populares são os métodos de ação do governo.

Delicadamente bruto

Delicado na forma, truculento no conteúdo: "Sentem-se, por favor. Isto é um golpe". Foi com essa gentileza que o tenente-coronel Sitiveni Rabuka anunciou no parlamento o primeiro golpe de Estado da história do arquipélago de Fiji. Desculpou-se por "qualquer incômodo ocasionado" e assumiu o poder. Com a população, o militar não foi tão cortês: aboliu a Constituição e as liberdades democráticas e impôs a ditadura aos 714 mil habitantes das 844 ilhas do arquipélago. Em 12 de abril último havia sido eleito o primeiro governo da maioria indiana de Fiji, o que mexeu com os brios do coronel Rabuka e seus colegas de farda.

Expulsando a verdade

Em apenas uma semana, o governo racista de Pieter Botha, da África do Sul, expulsou seis jornalistas estrangeiros do país. No total, desde 12 de junho de 1986 - quando foi imposto o estado de emergência ao país -, oito correspondentes foram expulsos. Detalhe: nenhum deles foi acusado de espionagem - argumento muito utilizado pelas potências imperialistas para livrar-se de agentes de governos inimigos. No caso da África do Sul, os jornalistas estão sendo expulsos pelo crime de retratarem os fatos reais, os crimes do governo, na imprensa.

Dignidade aviltada

Numa sessão tumultuada, de quase 15 horas de duração, a Câmara dos Deputados da Argentina aprovou, por 119 votos a 59, a lei que exime de responsabilidades os militares - de coronel para baixo - que tenham torturado, assassinado ou raptado democratas durante a "guerra suja". A lei da "obediência devida", enviada pelo presidente Alfonsín ao parlamento, tem ainda que passar - nesta semana - pelo Senado. O povo argentino tem realizado inúmeras manifestações contra essa indulgência de Alfonsín com os criminosos - um verdadeiro atentado contra a dignidade nacional.

O signo da impunidade

Ninguém foi punido. Mas nos últimos 17 anos foram assassinados 211 jornalistas em países que - no período - viveram sob regimes militares na América Latina. A informação é da Federação Latino-Americana de Jornalistas, sediada no México. Já no Chile, o jornalista Juan Pablo Cardenas, da revista opositorista "Análisis", foi condenado a 541 dias de prisão, no último dia 15, por ter criticado o ditador, general Augusto Pinochet.

Sintoma da podridão

Nos próximos 35 anos a população mundial passará de 5 bilhões para 8 bilhões e nesse período, mantendo-se o sistema de exploração do homem pelo homem, crescerão também a desnutrição e a fome. É o que conclui um relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), divulgado dia 18. De acordo com a entidade, ainda neste ano seremos mais de 5 bilhões de humanos na Terra. Segundo o Banco Mundial, pelo menos 730 milhões de pessoas (uma em cada seis no planeta) não comem o bastante para desenvolver-se e a situação está-se agravando. Um sintoma trágico da putrefação do sistema capitalista.

Viagem ao País das Águias

Associação de Amizade Brasil-Albânia (AABA)

1ª quinzena de agosto (10 dias na Albânia).
Passagem aérea (financiada): São Paulo-Lisboa-São Paulo - 1.533 dólares.
Trem: Lisboa, Madrid, Barcelona, Nice, Veneza, Belgrado, Hani i Hotit (Albânia) - 600 dólares.
Informações pelo telefone (011) 255-1861, 2ª e 4ª das 14h00 às 20h00; 3ª das 12h00 às 18h00; e 5ª e 6ª, das 9h00 às 14h00.
Rua Barão de Itapetininga, 297, sala 53, São Paulo - SP.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

CONSTITUINTE

A dívida em questão

O constituinte Hermes Zanetti (PMDB-PR) apresentou à mesa da Constituinte um projeto de decisão, subscrito por 180 constituintes, entre eles os do PCdoB, propondo a formação de uma comissão especial para promover uma auditoria da dívida externa brasileira, examinando a sua origem e legitimidade. Pelo projeto, essa comissão teria um prazo de 120 dias para concluir seus trabalhos, sendo que nesse período ficariam suspensos todos os pagamentos da dívida externa, seja dos juros, seja do principal.



Zanetti: projeto contra a dívida

A proposta de projetos de decisão foi recebida pela Mesa e encaminhada por Ulysses Guimarães para a Comissão de Sistematização, conforme determina o regimento interno da Constituinte. Na comissão, o constituinte Bernardo Cabral, alegando ser um dos co-autores da proposta, declarou-se impedido de relatá-la. Diante disso, a comissão designou o constituinte Prisco Vianna, ex-secretário-geral do PDS, para dar parecer sobre o projeto.

Na quinta-feira da semana passada, o líder do governo na Câmara o conservador Carlos Sant'Anna, numa atitude de total subserviência ao Palácio do Planalto e aos interesses do grande capital financeiro internacional, tumultuou os trabalhos da Comissão de Sistematização para impedir a aprovação do projeto. Com a cumplicidade de seu presidente, constituinte Afonso Arinos, Carlos Sant'Anna manobrou a reunião da comissão argumentando que ela não deveria sequer votar a proposta, que segundo ele não era regimental.

Essa manobra, sem nenhum respaldo no regimento, uma vez que a proposta foi encaminhada oficialmente à comissão pelo

presidente da Constituinte, representou mais uma afronta à soberania da Assembléia e uma intervenção direta do Planalto, através do líder do governo, nos trabalhos constituintes. O senador Afonso Arinos fez coro com as manobras, declarou o assunto encerrado, sem que ao menos tivesse sido realizada uma votação nominal e proclamado o seu resultado.

Diante da manobra, o constituinte Hermes Zanetti, apoiado por outros constituintes, entre eles os do PCdoB, apresentou um requerimento à Mesa solicitando que a matéria seja submetida à votação pelo plenário, uma vez que a Comissão de Sistematização não manifestou dentro do prazo sua posição a respeito.

Até agora, o presidente Ulysses Guimarães não se manifestou sobre o requerimento. A votação do projeto de decisão pelo plenário é da maior importância para restabelecer a soberania da Constituinte, cada vez mais aviltada. Mais do que isso, a sua aprovação pelo plenário reforçará o poder da Constituinte e abrirá uma nova perspectiva para solucionar o grave problema da dívida externa. Com a palavra, o dr. Ulysses



GOVERNO SARNEY

Agora, censurando os fatos

Preocupados com a série de atitudes que aos poucos dão ao atual regime uma imagem muito próxima à do autoritarismo, os brasileiros tomaram conhecimento, na semana passada, de que a vida política do país passou a incluir um componente que se julgava extinto há vários anos: a censura aos noticiários dos meios eletrônicos de comunicação.

A primeira denúncia veio a público dia 16. Nesta data os jornais revelaram que o presidente da Radiobrás, Antônio Martins, havia ordenado desde o início do mês aos jornalistas da TV Nacional de Brasília, pertencente ao governo federal, que passassem a divulgar nos noticiários apenas fatos favoráveis ao governo. A determinação visava particularmente o boletim "Diário da Constituinte" que vai ao ar pela TV Nacional e uma rede de 18 emissoras em todos o país. Além disso, foram feitas restrições a que aparecessem no vídeo parlamentares de partidos oposicionistas.

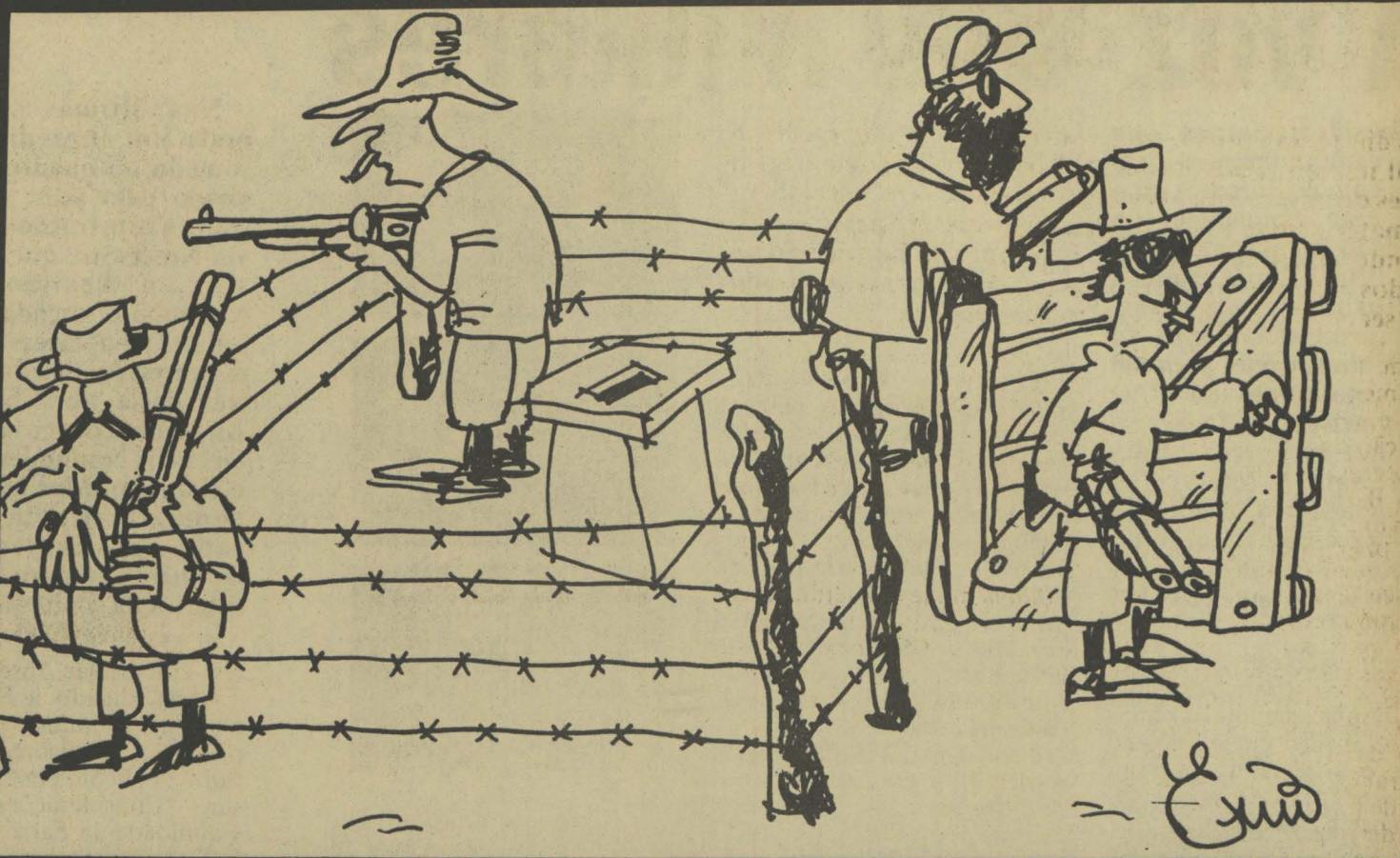
Martins procurou justificar-se, ainda nesse dia, com um argumento insustentável. Afirmou que o governo não tem obrigação de dar destaque às idéias da oposição, esquecendo-se que as emissoras oficiais não são agências de propaganda do governo, mas veículos sustentados com dinheiro público para manter o povo informado, sejam ou não os fatos políticos aí, adve-ais aos detentores do poder.

Dois dias depois, veio a revelação de que o problema era ainda mais grave, e que envolvia membros do governo que mantêm íntimo relacionamento com o próprio presidente. Quem determinou a Martins que defla-

grasse a censura na TV Nacional foi, na verdade, o jornalista Gêtúlio Bittencourt, titular da Secretaria de Comunicação Social da Administração Federal (Secaf), e que acumula as funções de assessor direto e de astrólogo de confiança de Sarney.

Ainda mais: não satisfeito, Bittencourt conseguiu transferir para seu próprio gabinete a liberação das verbas de publicidade de todos os órgãos e empresas estatais, num total de Cr\$ 18 bilhões mensais; e passou a exigir das emissoras que têm programas patrocinados pelo governo uma linha dócil ao Planalto. A TV Brasília, por exemplo, foi pressionada a cancelar entrevista que programara com o general Andrada Serpa, e perdeu o patrocínio da Petrobrás ao levar ao ar debate com Leonel Brizola.

Cada vez mais obstinado em ver os meios de comunicação divulgando constantemente uma imagem cor-de-rosa da administração federal, Bittencourt tem inclusive extrapolado suas atribuições, dando ordens que beiram o ridículo. Há poucos dias recomendou, através de nota por escrito, que a Empresa Brasileira de Notícias, que sequer é vinculada à Secaf, desse ênfase aos pronunciamentos favoráveis à ferrovia Norte-Sul, na sessão em que o Senado debateu com o ministro José Reynaldo Tavares a construção da obra. Os jornalistas encarregados de fazer a cobertura devem ter encontrado dificuldades para seguir as recomendações: dos 42 senadores que falaram apenas 2 foram a favor da ferrovia.



RELATÓRIOS DA CONSTITUINTE I

A volta do curral eleitoral

O tom da maioria dos relatórios das subcomissões temáticas, apresentados na semana passada, reafirma o caráter conservador que predomina na Assembléia Nacional Constituinte. Se na questão dos princípios gerais da economia os relatórios apresentam alguns avanços, principalmente em relação à defesa dos interesses nacionais, do ponto de vista político e da democracia representativa o que se vê é um retrocesso preocupante.

Além de atribuir um peso ainda maior aos poderes do presidente da República, de manter inalterado o papel constitucional das Forças Armadas e as medidas arbitrárias e ditatoriais previstas no Estado de Emergência, rebatizado de Estado de Defesa ou Estado de Alarma, os relatórios introduzem alterações no sistema eleitoral e na organização dos partidos políticos profundamente reacionárias.

Profundas alterações, todas elas para pior

Esse é o caso do relatório da subcomissão do sistema eleitoral e dos partidos políticos, de autoria do constituinte Francisco Rossi (PTB-SP). Seu anteprojeto é um dos exemplos mais claros de como a Constituinte pode marchar para um retrocesso político. Em relação ao sistema eleitoral, Rossi propõe profundas alterações no sistema em vigor, todas elas para pior. Ele propõe por exemplo a adoção do voto facultativo, em substituição ao

voto obrigatório; e cria um sistema eleitoral misto, através do qual metade dos deputados seriam eleitos pelo voto proporcional e outra metade pelo voto distrital.

Esta fórmula proposta pelo relator é um golpe profundo na democracia representativa e principalmente na representação popular. Esse critério misto praticamente elimina qualquer possibilidade de eleição de candidatos populares, na medida em que acentua a influência do poder econômico, criando dificuldades para a eleição de candidatos não comprometidos com o poder do dinheiro. Isso porque na eleição distrital só seria eleito um candidato em cada distrito e na eleição proporcional o coeficiente eleitoral seria demasiadamente alto, praticamente inviabilizando a eleição de candidatos populares.

O ex-presidente Tancredo Neves, já alertava em 1980, num seminário realizado pela Universidade de Brasília, para o perigo do voto distrital. "Se algum dia vier a ser implantado o voto distrital no Brasil, não seriam mais eleitos para o Congresso Nacional os grandes vultos que imprimem diretrizes ou que apresentam uma contribuição nova para a solução dos problemas políticos, mas seriam eleitos, em primeiro lugar, os latifundiários, os grandes proprietários de terra, em segundo lugar, o vigário, em terceiro lugar, o tabelião, em quarto lugar, o prefeito", dizia Tancredo, acrescentando em seguida: "a votação distrital não apenas retira o caráter,

mas reduz o nível intelectual da representação. A meu ver, causa ainda um inconveniente maior: tira da representação a visão ampla dos problemas nacionais".

Limitações para se organizar partidos

Como se isso não bastasse, o relatório de Francisco Rossi, no capítulo referente aos partidos políticos, retoma com força uma série de restrições e limitações para organização dos partidos que praticamente liquidam com a liberdade de organização partidária no país. O relator propõe por exemplo que só sejam considerados de âmbito nacional e tenham direito ao acesso a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV os partidos que houverem obtido nas últimas eleições para a Câmara dos Deputados 1% do total de votos apurados e conquistado 1% das cadeiras de ambas as casas do Congresso Nacional, ou seja, tiverem elegido no mínimo 5 deputados e 1 senador e obtido um total de 600 mil votos.

Mais do que isso, o relatório determina que só poderão disputar eleições nacionais, estaduais e municipais os partidos que tenham no mínimo 0,5% de filiados em relação aos eleitores do país, do estado ou do município, ou seja, para disputar eleições para presidente da República, um partido precisaria ter mais de 300 mil filiados.

Na verdade, estas restrições e estes dispositivos aparente-

mente "inovadores" têm um objetivo claro: golpear a liberdade de organização partidária, fortalecer a influência do poder econômico, cercear os partidos ideológicos e criar condições objetivas para impedir o acesso ao Congresso Nacional de candidatos progressistas.

A bancada do PC do B apresentou 265 emendas aos anteprojeto das 24 subcomissões temáticas, com o objetivo de eliminar seus aspectos mais atrasados, corrigir suas deficiências e acrescentar propostas progressistas que apontem o rumo das mudanças. Mas a luta está apenas começando.

A batalha pela conquista da liberdade de organização partidária e do princípio democrático do voto proporcional assume grande importância, ao lado da luta pela mudança do regime de governo adotado no país, do papel constitucional das Forças Armadas, da suspensão do pagamento da dívida externa com a realização de uma auditoria política, da reforma agrária antilatifundiária e da realização de eleições diretas para presidente da República 120 dias após a promulgação da nova Constituição. Essas são as principais bandeiras em cima das quais deve ser articulada uma ampla mobilização popular para pressionar os constituintes. Afinal, são estas as questões centrais que irão definir o caráter da nova Constituição. Se democrática e progressista ou reacionária e conservadora. (Moacyr de Oliveira Filho)

RELATÓRIOS DA CONSTITUINTE II

Cabral não relata, modifica

Do homem que foi eleito relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, e que está incumbido da missão de apresentar daqui aproximadamente 50 dias o anteprojeto da nova Constituição, espera-se, é óbvio, que respeite o trabalho que atualmente desenvolvem, nas subcomissões e comissões temáticas, mais de 5 centenas de constituintes. Esta é, aliás, uma expectativa baseada não apenas no mais elementar bom-senso como também no próprio regimento interno da Assembléia.

Por isso mesmo, não foi sem uma boa dose de surpresa e de indignação que as pessoas interessadas em fortalecer a Constituinte e em garantir seu funcionamento democrático tomaram conhecimento, na semana passada, da declaração que este homem, o constituinte Bernardo Cabral (PMDB-AM) deu ao jornal conservador "O Estado de S. Paulo". O relator demonstrou nítida predisposição a exorbitar de seus poderes quando afirmou que alguns relatórios das subcomissões "refletem a vontade da minoria", e que portanto, não os levará em consideração ao redigir seu anteprojeto. Como se vê, muito mais que compatibilizar, ele se dispõe a modificar ou mesmo a inverter o resultado do trabalho das subcomissões.

Seria inútil procurar desco-



Cabral: ajudando a direita a bombardear os relatórios progressistas

brir que obscuro método Cabral utilizou para detectar a posição da "maioria" em relação ao trabalho das subcomissões. O seu depoimento faz parte, na verdade, de uma ampla campanha desencadeada pelos conservadores para desacreditar e em seguida derrotar os relatórios que incorporam mudanças progressistas.

O alvo principal do ataque tem sido o parecer da subcomissão de Princípios Gerais da Ordem Econômica. A "Folha de S. Paulo" afirmou que o trabalho é "xenofobo", e o presidente da FIESP, Mário Amato, chegou a classificá-lo como "descalabro". Mas o

combate mais intenso foi feito nas páginas do próprio "Estado". O jornal voltou suas baterias contra o que seria uma tentativa de promover a completa subordinação da economia ao Estado, usando como argumento o fato de que a atual Constituição tem apenas 14 artigos tratando de assuntos econômicos, enquanto a que está sendo elaborada teria 20 apenas para tratar dos princípios gerais.

Mais uma vez há outros interesses por detrás do discurso em favor de uma Constituição "sintética". O que incomodou de fato a direita foi o fato da subcomissão ter procurado enfrentar alguns dos inúmeros

mecanismos que vinculam a economia brasileira ao capital externo e que a submetem a um processo acelerado de monopolização. Assim, o relatório restringe a presença estrangeira no mercado financeiro e limita o poder dos bancos; estabelece uma definição justa e precisa para o conceito de indústria nacional, e dá a ela preferência nas concorrências públicas; prevê a atuação do Estado como agente econômico; proíbe contratos de risco para exploração de petróleo, e estabelece que "a lei reprimirá a formação de monopólios privados, oligopólios, cartéis e toda forma de abuso do poder econômico".

Mais uma vez, também, torna-se fácil demonstrar a hipocrisia dos conservadores. O mesmo jornal que se diz preocupado com o excessivo detalhamento da proposta de temas econômicos deu grande destaque e tratamento editorial francamente favorável, no último dia 9, ao depoimento na subcomissão do presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, Sérgio Lacerda, que ocupou o tempo dos constituintes simplesmente para reivindicar a manutenção dos privilégios dos importadores de papel, concedendo anistia fiscal e tributária ao produto. Com este tipo de detalhamento os conservadores parecem não se importar.

DISCURSO DE SARNEY

A voz dos militares

O presidente Sarney "saiu de seu caminho para se identificar com as Forças Armadas". Este comentário foi publicado no jornal americano "New York Times", antecipando-se ao desastrado pronunciamento do presidente em rede nacional de TV, no último dia 18. O comentarista ainda acrescenta que as Forças Armadas voltam a intervir na política devido à "dramática deterioração da situação do país desde a queda do congelamento de preços em novembro".

A impressão que ficou para todos que assistiram o discurso foi a de um comunicado militar: decidi ficar cinco anos no cargo, o sistema de governo deve ser presidencialista, acabou-se a discussão.

Segundo Sarney, o mandato é o centro dos acontecimentos no país. A inflação cresce por causa da indefinição do prazo, as conversações com os credores internacionais não avançam pelo mesmo motivo. E para completar, voltou a fazer o patético apelo para uma união de todos - em torno do nada, pois não fez nenhuma proposta -, e aproveitou para tachar as greves de prejudiciais.

Argumentos de Sarney não têm consistência

Na defesa de tais posições o presidente não conseguiu arrumar nenhum argumento consistente. Disse que seu mandato já está definido pela atual Constituição para um período de seis anos. Mas que ele resolveu "abrir mão" de um ano, e que vai exercer o mandato por cinco anos. Quem lhe conferiu esta prerrogativa de fixar o próprio mandato? Por que em 1985 o mesmo Sarney dizia que a Constituição é que definiria seu mandato e opinava que o prazo deveria ser de quatro anos?

Baseado em quê Sarney julga que a Constituinte e a sociedade devem acatar o seu ditado? Pelas declarações que se seguiram, o presidente falou em nome dos generais que, temendo a degradingolada do governo, resolveram se antecipar e colocar "ordem na casa" a seu modo.

Vejamos os fatos. O PFL manifestou sua solidariedade ao presidente mas condicionou este apoio a "providências na

área econômica". O PMDB se dividiu e somente uma manobra política - com a retirada da reunião dos que apoiavam Sarney, mas que estavam em minoria - impediu que a bancada do partido se pronunciasse por um mandato de quatro anos.

Mas os militares imediatamente aplaudiram. O general Campos Paiva, ministro-chefe do EMFA, declarou entusiasmado: "Acabou a indefinição", e ainda acrescentou: "Lei é lei e deve ser cumprida". Mas que lei? Não tem nenhuma lei dizendo que o mandato de Sarney é de cinco anos. Ele deve estar se referindo à "lei do mais forte". Já o almirante Henrique Sabóia, ministro da Marinha, não vacilou: "É lógico que ele vai ter sustentação política para terminar o mandato".

Um presidente dócil ao grupo militar no poder

O grupo militar atualmente nos postos centrais de mando tem duplo interesse em manter o governo Sarney. Por um lado, precisa de um civil dócil às suas ordens, que lhe dê tempo para se consolidar no poder afastando gradativamente grupos rivais de setores importantes. Por outro lado os planos de "modernização e compra de equipamentos", chamados de FT-90, estavam previstos para serem realizados nos seis anos de mandato. Agora, com o agravamento da crise, tenta-se fazer um arranjo para cinco anos.

Com os generais de guardacostas, Sarney se lançou numa aventura política perigosa. O que deve fazer a Constituinte? Capitar e engolir as imposições de cinco anos e de sistema presidencialista ou fazer valer suas prerrogativas, decidindo de acordo com os anseios da maioria dos brasileiros? Na primeira hipótese, se desmoraliza irremediavelmente. Na segunda, cria-se um confronto aberto entre o Executivo e a própria Constituinte, com consequências imprevisíveis.

E o PMDB, o que vai fazer? Por ora, adiou a definição para a sua Convenção marcada para os dias 13 e 14 de junho. Mas também se encontra diante do mesmo dilema da Constituinte. E já está dividido.

Fica evidente que a sociedade e a Constituinte não podem aceitar estas regras do



jogo. Esta linguagem foi ouvida no Brasil nos 21 anos de ditadura militar. E foi contra isto que se levantou o poderoso movimento pelas diretas-já, em 1984, e que se exigiu a convocação da Constituinte. Se o povo não aceitava bater continência aos generais-presidentes, com menos razão ainda aceitará o reinado de um fantoche manobrado por generais.

Eleições presidenciais após a nova Carta Magna

Com o jogo bruto de Sarney e os generais, pode ser que haja momentaneamente um certo acomodamento das coisas. Mas por maior que seja a covardia de certas correntes e grande a prática conciliadora de muitos políticos formados nos quadros do antigo PSD, a crise econômica, as pressões do imperialismo, e o descontentamento popular vão trabalhar fatalmente para novos desequilíbrios e conseqüentemente novos conflitos. Não está afastada, de forma nenhuma, a tendência para um vazio de poder logo adiante.

Continua, portanto, perfeitamente atual a posição de significativas forças democráticas no sentido de defender uma saída constitucional para a crise política e, em particular, a opinião de que a Constituinte deveria marcar as eleições presidenciais 120 dias após a promulgação da nova Carta Magna.

(Rogério Lustosa)

FERROVIA NORTE-SUL

Fora dos trilhos

Nas últimas semanas, mais um ingrediente foi somado ao quadro de crise vivido pelo país: o debate sobre a construção da Ferrovia Norte-Sul, que liga Brasília, a Açailândia, no Maranhão, orçada em 2,4 bilhões de dólares. Que interesses estão envolvidos por trás desta obra faraônica? As declarações governamentais mais confundem do que esclarecem. Mas há indícios de que o Projeto Jica - idealizado pelo imperialismo japonês - seria um dos beneficiários da suntuosa ferrovia.

O Ministério dos Transportes - cujo titular, José Reinaldo Tavares (ligado a Sarney há mais de 20 anos), é um dos principais defensores da Norte-Sul - publicou, em 58 páginas, suas "Considerações sobre a viabilidade da Ferrovia Norte-Sul", recentemente.

Segundo o documento, a área de influência da estrada abrange terras "dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Pará, Maranhão e Bahia. Sua extensão, de aproximadamente 595 mil Km², corresponde a 7% do território brasileiro". Dessa área, uma pequena parcela está coberta pela floresta amazônica, com todas as suas complexidades e potenciais; mais ao sul encontra-se uma zona de transição, escassamente povoada, tendo a pecuária como maior atividade econômica; segue-se uma área ampla, dos cerrados, onde se concentra a maior parte da população e do setor agrícola. É neste extremo sul que se insere o Planalto Central.

Produção em grãos em "horizonte não remoto"

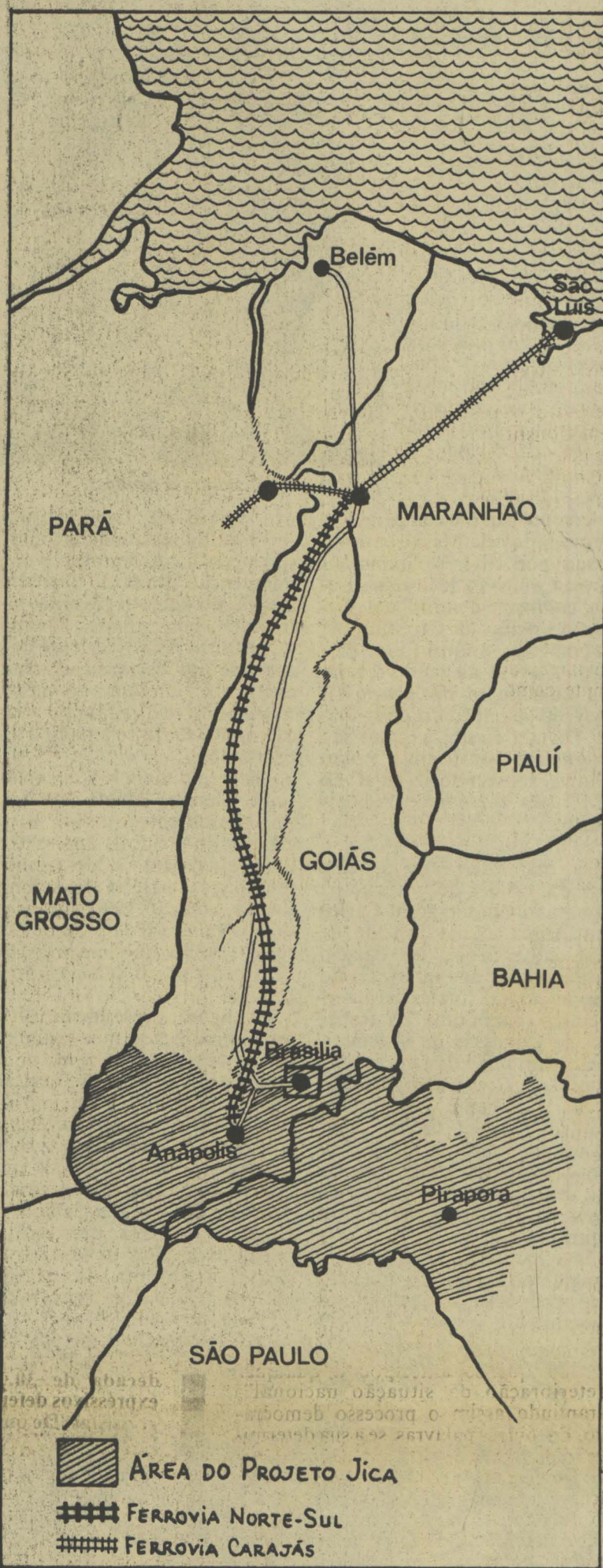
A população da área do Programa de Desenvolvimento do Brasil Central - no qual se insere a ferrovia - aproxima-se de 2 milhões de pessoas (1,7% da população do país). O uso do solo em relação ao potencial é baixo, apresentando a área, sobretudo no Norte de Goiás, graves problemas fundiários. A agricultura é pouco diversificada, e a pecuária é a principal atividade econômica", afirma a publicação do ministério.

Mais adiante, o documento acrescenta: "A área do programa apresenta disponibilidade líquida para atividades agropecuárias superiores a 34 milhões de hectares. (...) Os dados disponíveis indicam que, em 1985, cerca de 2 milhões de hectares estavam sendo utilizados, sendo as taxas de abertura de novas fronteiras da ordem de 5% ao ano. Arroz, feijão, mandioca, milho e, mais recentemente, soja constituem a quase totalidade da produção. (...) Com o advento da ferrovia, em horizonte não remoto, admite-se que 60% da área agrícola, correspondente a 6 milhões de hectares, seriam transformados em campos de grãos".

Segundo Reinaldo, "ocupação rápida"

Como se vê, apesar de fazer uma descrição detalhada da área, o documento passa por cima de um dado fundamental: não informa qual a quantidade da produção agrícola da área, apesar de prever para um "horizonte não remoto" que 6 milhões de hectares serão transformados em campos de grãos. O ministro José Reinaldo até admite que a área, atualmente, não produz nada, e diz que "esta é a grande vantagem do projeto. A área não produz por causa do frete rodoviário, que não permite que se chegue ao porto com preço competitivo. Com a ferrovia, esta área será ocupada rapidamente" (declaração ao "Jornal do Brasil", 17/05/87).

Pela afirmativa do ministro pode-se deduzir: 1) Os 2 milhões de hectares hoje ocupados com atividades agropecuárias têm uma produção e uma produtividade baixíssimas; 2) há planos de produção para a área e para isso ela será "ocupada rapidamente"; 3) a produção deverá ser exportada, chegando ao porto com



preço competitivo. Ora, o ministro tem chamado a Norte-Sul de ferrovia do grão, mas esses grãos... serão produzidos no futuro. Quem os produzirá? Com que tecnologia? Para que mercados?

O documento do ministério aponta algumas respostas, quando afirma que a maior parte da área se forma em "cerrados", cuja utilização recomenda a prática de tecnologia particularizada. Adotaram-se como premissas rendimentos médios equivalentes a tais práticas, que são superiores aos registrados atualmente na região. Por outro lado, admitiu-se forte participação nos cultivos dos produtos de consumo mais amplo, visando-se o mercado interno e a exportação. E para tanto serão necessários - além da tecnologia particularizada - investimentos em calcário e fertilizantes na região.

Ora, tal tipo de investimento não pode ser feito pelo pequeno lavrador, mas é somente acessível a grandes empresas capitalistas, pois demandam capital e tecnologia.

Mas nem só de grão vive o homem. O ministro diz que outra vantagem da Ferrovia Norte-Sul é o fato de ligar os dois portos brasileiros (Tubarão, no Espírito Santo, e Ponta da Madeira, no Maranhão) que exportam minério de ferro. José Reinaldo cita estudos da Companhia Vale do Rio Doce abordando as vantagens do Porto de Ponta da Madeira que "opera com os maiores navios do mundo, de 350 mil toneladas, que não podem ser preenchidos totalmente com minério de ferro por causa do peso específico, de forma que sobra um volume muito grande, que pode ser ocupado com cargas mais leves - sojas ou produtos agrícolas".

A ferrovia, pois, não deveria ter o nome de Norte-Sul. Trata-se de mais um "Corredor de Exportação", mais uma artéria que se abre para escoar

as riquezas brasileiras rumo aos países industrializados.

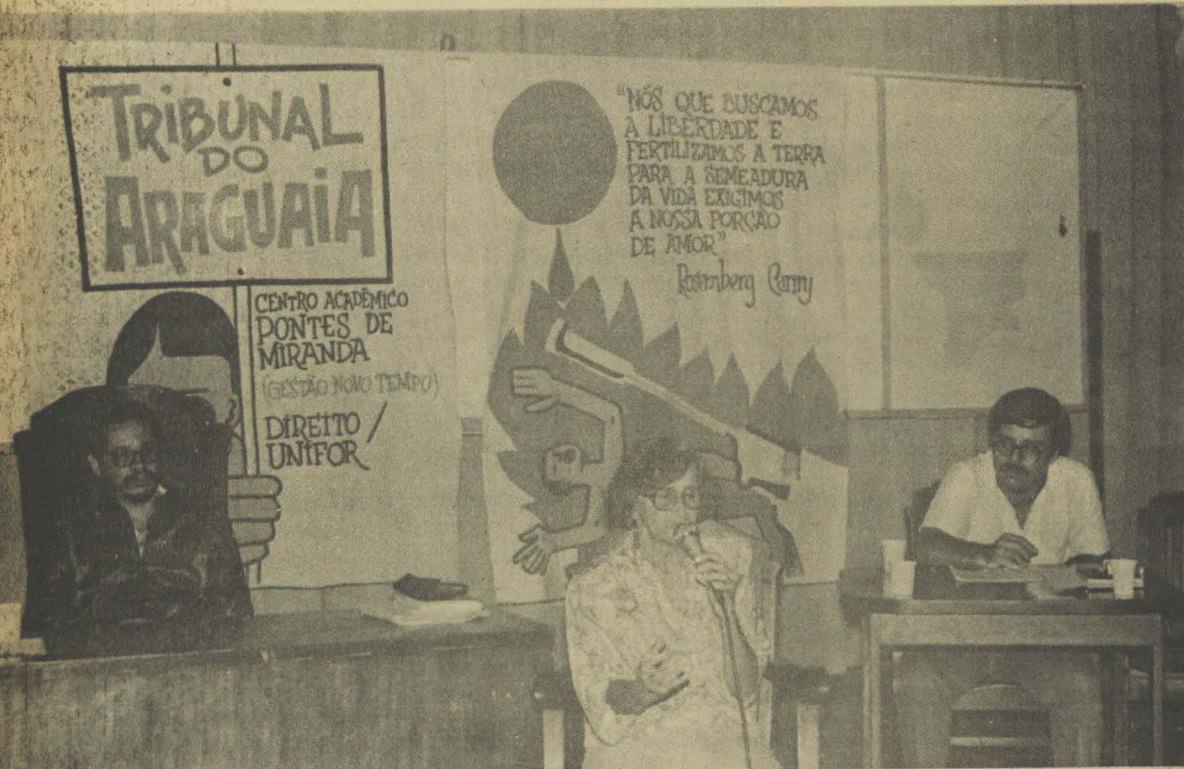
E aí entra um dado importante. O Japão é o principal importador de produtos agrícolas a partir de outros países, inclusive o Brasil - aliás, o império nipônico considera o Brasil como uma "economia complementar" - ou seja, que exporta produtos primários e dele importa bens industrializados.

Só é bom para o Japão

Já no final da década passada o Japão financiou um estudo acerca da área de influência da ferrovia de Carajás, no qual previa a fixação de cerca de 100 mil famílias japonesas à margem da estrada, fazendo agricultura de exportação. Mas dificuldades políticas - a área escolhida é uma das mais conflituadas do Maranhão - levaram abaixo o projeto.

Nos primeiros anos desta década, a burguesia japonesa pensou noutra alternativa: o Projeto Jica, de aproveitamento do cerrado, de área quase coincidente com a da influência da Ferrovia Norte-Sul. Há, aí, mais um detalhe: essa ferrovia tem claras ligações com a Cia. Vale do Rio Doce, cuja cúpula, hoje, defende a política de "o que é bom para o Japão é bom para o Brasil".

A nação precisa ser esclarecida a respeito desta ferrovia. Ela está sendo levada a toque de caixa. Já existem provas de fraude na concorrência para a execução das obras. Terrenos já estão sendo comprados para sua efetivação. A ferrovia está sob suspeita, e o presidente Sarney insiste em realizá-la. Alguma coisa está fora dos trilhos. (Luís Pedro - Maranhão)



Guerrilheiros mortos pelas Forças Armadas no Araguaia: por que os corpos foram escondidos?

GUERRILHA DO ARAGUAIA

Testemunha de acusação

Comemorando os 15 anos do início da Guerrilha do Araguaia, realizou-se dia 14 de maio, no auditório da Faculdade de Direito da UFC, um júri simulado do episódio. Atuaram como juiz o advogado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Ceará, dr. Amilton França, e como advogados de defesa e acusação, respectivamente, dr. Aloisio Gurgel e dr. Benedito Bizerril. Serviram de jurados representantes de entidades populares e de partidos políticos como o PDT, o PTE e o PC do B. Acompanhado atentamente por uma plateia que lotou as dependências do auditório, o júri teve como objetivo reforçar a luta dos familiares e amigos dos mortos e desaparecidos na guerrilha, que exigem da União e das Forças Armadas informações sobre o paradeiro dos partici-

pantes na resistência, o certificado de óbito dos mortos e a entrega dos restos mortais a seus parentes.

Segundo Dover Cavalcante, sobrevivente da guerrilha e uma das testemunhas do tribunal, "este é um direito reconhecido até pelos povos antigos, como se pode atestar pela peça grega "Antígona", de Sófocles, que defende "o divino e humano direito de enterrar seus mortos". Os depoimentos de Dover e de outro sobrevivente, Glênio Sá, assim como de familiares de combatentes assassinados, tiveram momentos de extrema emoção que tocaram profundamente o plenário e demonstraram a estreita ligação dos guerrilheiros com a população local. "Tia Rita", que é tia do estudante cearense Bergson Gurgel, morto no Araguaia, que

visitou a região em 1980, relatou vários depoimentos de muita singeleza, mesmo partindo de pessoas que "ainda se ressentem do clima de terror implantado pelos militares naquelas paragens, até com estupros generalizados de velhas e crianças".

MILITARISMO

Ao final dos trabalhos, cada jurado declarou seu voto, corroborando o sentimento unânime da plateia, de que as Forças Armadas são responsáveis pelas atrocidades cometidas no sul do Pará. O Tribunal, acabou se constituindo, antes de tudo, num grande ato contra o militarismo, demonstrando que o povo guarda viva na memória a lembrança trágica da condução do poder pelas mãos dos militares e está disposto a não permitir que esta experiência venha a se repetir.

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Sua Alteza diz o que deseja

O meu mandato é de seis anos. Mas eu, por generosidade, resolvo que vou ficar apenas cinco anos. E o assunto está encerrado. Em síntese foi isto que o presidente Sarney disse para os brasileiros em rede nacional de rádio e TV no último dia 18.

DESEJOS DO IMPERADOR

O episódio ilustra muito bem a deformação do sistema presidencialista. Em 1985, Sarney dizia que a duração de seu mandato e a data a ser marcada para a eleição de seu sucessor seriam definidas pela Constituinte. E mais, nesta ocasião, ele pensava que quatro anos seria o prazo melhor. Mas agora Sua Alteza mudou de idéia. E fim de papo.

O sistema governamental vigente concentra tais poderes nas mãos do chefe do governo que este se julga superior a todas as coisas. E o próprio Sarney que, não se pode negar, manifestou no início de seu mandato um certo esforço no sentido da democracia, passa a se comportar como um imperador. Já não considera a Constituinte como o poder maior e mesmo a Constituição em vigor ele usa como bem entende.

O presidente diz que seu mandato está definido pela atual Constituição, herdada do regime militar. Com isto nega à Constituinte o direito de decidir sobre o assunto. Mas ele mesmo, por boa vontade, pode revogar o que reza na Carta Magna e "abrir mão" de um ano.

MUDAR É PRECISO

Primeira lição: não se pode mais conviver com um Executivo que se transformou num poder absoluto, superior a tudo, inclusive que se pretende capaz de ditar à Constituinte o que ela pode e o que ele não pode fazer.

Segunda lição: o país precisa de um governo que, de acordo com o seu desempenho, possa ser substituído pela pressão popular. Atualmente o presidente da República, independentemente de seu governo agradar ou desagradar aos brasileiros, permanece como chefe do governo até o fim do mandato. A única forma de substituir o presidente é através de golpes de Estado, quando entram em cena as Forças Armadas para impor ditaduras militares ou no mínimo governos autoritários.

Além o próprio Sarney ameaçou, dizendo que se antecipou a qualquer "deterioração da situação nacional", garantindo assim o processo democrático. Em outras palavras, se a sua determinação de fixar o mandato em cinco anos não for acatada, pode haver a tal deterioração. E ninguém garante que o sr. ministro do Exército, neste caso, não resolva usar o argumento da força, segundo suas próprias palavras.

NOVO SISTEMA

As forças democráticas estão propondo que o governo seja formado por um Conselho de Ministros, onde o chefe do governo seja o primeiro-ministro, indicado pelo presidente e submetido à aprovação do Congresso Nacional. Este governo submete seu plano governamental ao presidente e ao Congresso. E pode ser substituído a qualquer momento, seja por uma situação de crise, por pressão popular, por decisão do presidente ou do Congresso. É portanto uma forma flexível, que aproxima os governantes do povo, e que os coloca sob controle mais direto do povo.

A posição autoritária do presidente, ao pretender impor a sua vontade - que na verdade é uma tentativa de forçar um acordo político com as forças políticas que já estão discutindo a sua substituição - veio acompanhada da defesa do sistema presidencialista. "As brasileiras e brasileiros" não estão propensos a acatar nenhuma das duas sugestões.

(Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Meninos em perigo

No último dia 18 foi assinado o decreto regulamentando o Programa do Bom Menino, que se propõe a dar emprego ao menor carente entre 12 e 18 anos. Mas o presidente Sarney não está decididamente com um astral elevado nestes dias. Para o Conselho de Promoção Social do Menor o presidente indicou entre outros o empresário Antônio Ermírio de Moraes, do grupo Votorantim.

Como se recorda, no ano passado foram feitas diversas denúncias apontando as empresas Votorantim como exploradoras do trabalho escravo de menores em São Paulo e em Pernambuco.

Outro empresário indicado para o tal Conselho é o banqueiro Amador Aguiar, do Bradesco, apontado como um dos bancos que mais suga o sangue de seus funcionários.

Com estes "benfeitores" os bons meninos estão em maus lençóis. Além, em geral estes programas longe de trazer qualquer vantagem para os menores, servem principalmente para fornecer mão de obra barata para as empresas. As conversas de "proteção" ao trabalho do menor muitas vezes ganham força quando há um grande arrocho salarial e as famílias precisam colocar os filhos no emprego mais cedo.

CORONEL CAVAGNARI

Militarismo visto por dentro

A *Tribuna Operária* entrevistou o coronel Geraldo Cavagnari, membro do Alto Comando do Exército até 1986, que criticou duramente o militarismo ao depor perante a Constituinte, e que adverte: "As Forças Armadas tomam decisões à revelia do poder político. A sociedade tem que recuprar os espaços tomados indevidamente pelos militares".

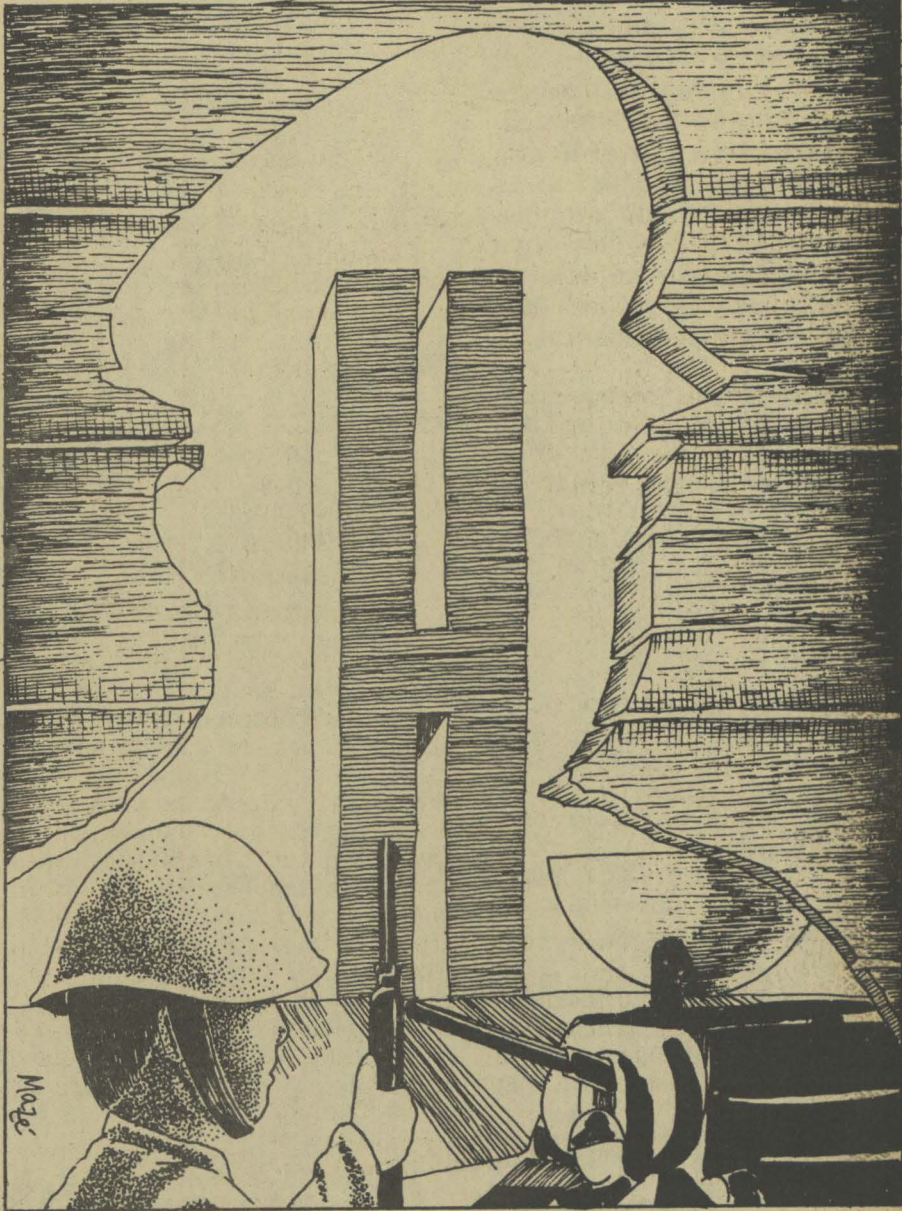
Os brasileiros preocupados em compreender e em procurar saídas democráticas para a crise política em que o país mergulhou e em que parece afundar um pouco mais a cada semana têm dedicado atenção especial ao estudo do comportamento dos militares. Não é para menos. Como se não bastassem os precedentes históricos, representantes da alta cúpula das Forças Armadas, em particular o ministro do Exército, têm feito seguidos pronunciamentos políticos que variam no grau de agressividade mas que conservam sempre o mesmo conteúdo intervencionista.

Por outro lado, surgiram, no próprio meio militar, sinais positivos. Fazendo coro com setores civis que lutam pela democracia, figuras expressivas nas Forças Armadas posicionaram-se de forma que destoa do pensamento predominante nos altos escalões. O general Euler Bentes, da reserva, que em 1978 enfrentou João Batista Figueiredo na disputa presidencial, propôs à Assembléia Nacional Constituinte a criação do Ministério da Defesa, em substituição aos do Exército, Marinha e Aeronáutica. O general Andrada Serpa, também da reserva, conhecido por suas posições nacionalistas, voltou a defender a suspensão completa e por tempo indeterminado do pagamento da dívida externa. E artigos publicados na imprensa, ainda de autoria de oficiais da reserva, falaram numa possível vitória de setores democratizantes nas próximas eleições para o Clube Militar.

Não se deve pensar que estas declarações estejam articuladas entre si. Mas pode-se estabelecer como ponto de partida para elas o

importantíssimo depoimento prestado no dia 15 de abril, na subcomissão de defesa do Estado da Constituinte, pelo coronel Geraldo Cavagnari, membro do Alto Comando do Exército até 1986, e atual diretor adjunto do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas, (Unicamp), S. Paulo. O coronel atraiu a atenção dos constituintes ao abordar, de forma circunstanciada e com riqueza de detalhes, a formação do pensamento militarista que predomina na cúpula das Forças Armadas, e ao defender a necessidade da sociedade civil recupar os espaços políticos tomados pelos militares, especialmente a partir de 1964. "Nós sacudimos a roseira", diz hoje o coronel Cavagnari ao avaliar a importância de seu depoimento para que passassem a pipocar outras críticas ao militarismo.

A trajetória militar de Cavagnari leva a crer que ele fala com conhecimento de causa acerca do assunto sobre o qual depôs. Na caserna desde 1956, foi sempre um dos alunos destacados de sua turma, galgando rapidamente postos importantes da carreira. Conspirou contra o governo legítimo de João Goulart e apoiou o golpe em 64. Mas passou a questionar muitas de suas convicções quando soube, por volta de 73, da prática de torturas no Exército. Por suas opiniões foi marginalizado a partir de então, mas permaneceu na ativa até o ano passado, quando o ministro Leônidas Gonçalves condenou-o a dois dias de prisão domiciliar por ter defendido posições não apreciadas pela cúpula militar num seminário sobre as relações Brasil-Argentina, em Buenos



Aires.

Ainda assim, Cavagnari faz questão de frisar que suas opiniões não têm qualquer caráter emocional, mas resultam de um estudo científico. Aliás, ele próprio tornou-se peça importante na implantação do Núcleo de Estudos Estratégicos, um projeto arrojado da Unicamp criado com objetivo de analisar e discutir,

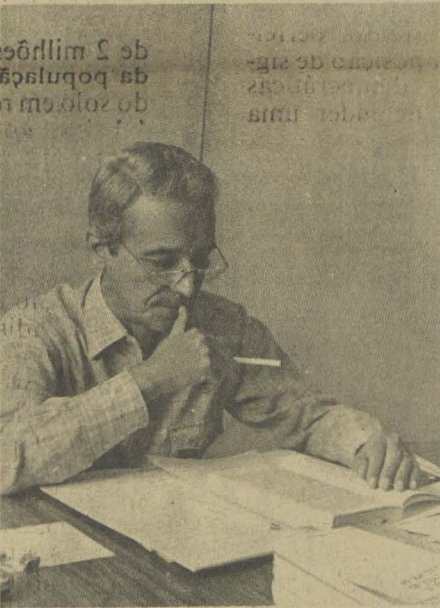
no âmbito da sociedade civil, tanto as relações entre as Forças Armadas e o poder político quanto o que se entende no meio militar como **relações estratégicas**, ou seja, aquelas que encerram a possibilidade de conflito. No último dia 8, ele concedeu entrevista à **Tribuna Operária**, da qual publicamos os trechos mais importantes.

(Antônio Martins)

“As Forças Armadas agem à revelia do poder político”

TO: É possível afirmar que até a década de 30, setores militares expressivos defendiam posições progressistas. De que forma se explicou o surgimento e o predomínio absoluto da concepção do militarista nas Forças Armadas?

Cavagnari: “É preciso fazer uma ressalva. Havia propostas e posições militares progressistas nas décadas de 20 e 30, e que culminaram com a revolução de 30. Mas não devemos nos esquecer que, embora sejam consideradas progressistas por serem um avanço em relação ao *status quo*, todas estas propostas têm um denominador comum, que é o fortalecimento do Estado. Então o que nós observamos é o seguinte: mesmo as posições mais progressistas dos militares visam sempre o fortalecimento do Estado, e não há nenhuma preocupação com a sociedade civil. Este fortalecimento admite o autoritarismo no regime político.



Cavagnari: estudo do militarismo

mas que depois passou a estudar o Estado e a ter um modelo de Estado ideal, e deu nisso que deu. A Doutrina de Segurança Nacional nada mais é que uma configuração deste Estado ideal. Como a ameaça maior, em termos planetários dentro do pensamento militar, passou a ser o comunismo, não restava espaço para o Brasil fora do chamado quadro imperial americano. Daí o desenvolvimento de toda uma concepção, político-estratégica que via a existência de um guarda-chuva protetor, de uma superpotência, e essa superpotência naturalmente eram os Estados Unidos. Qualquer ameaça à superpotência hegemônica era também uma ameaça aos países que estavam dentro de sua órbita, o Brasil um deles.

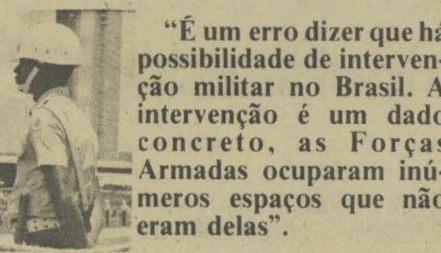
Além disso, como nós tínhamos o exemplo das guerras de libertação nacional em vários pontos do mundo, como no caso da Argélia, do Oriente Médio, da África e do Vietnã, o raciocínio militar passou a considerar a hipótese de guerra interna também. Eles viam as coisas assim: nós não queremos que esta hipótese de guerra interna venha a se configurar. Para que ela não se configure, há necessidade de dissuadir desde já. A partir daí há o desenvolvimento de todo um aparelho repressivo e de informações para dissuadir e ao mesmo tempo limitar a capacidade de ação desses movimentos. Isso surgiu teoricamente antes, mas é a partir de 64 que a teoria passa à prática.

TO: O senhor tem falado muito na chamada “autonomia” das Forças Armadas...

Cavagnari: Como as Forças Armadas passaram a ter uma responsabilidade política pelos negócios do Estado, notadamente a partir do AI-

5, elas foram desenvolvendo uma autonomia em relação ao poder político. Foi se desenvolvendo a capacidade de elas produzirem iniciativas à revelia do poder central, sem passar pela decisão civil ou pelo Estado. Por isso, é um erro dizer que há possibilidade de intervenção militar no Brasil. A intervenção militar é um dado concreto, desde que as Forças Armadas ocuparam espaços que não eram delas. Elas ocuparam espaços nos ministérios civis, as chamadas Divisões de Segurança e Informação, que são subordinadas ao SNI. Ocuparam espaços também em muitas empresas estatais, e militarizaram completamente o próprio SNI. Além disso, ocuparam espaços dentro do Conselho de Segurança Nacional, principalmente dentro do órgão executivo, a secretaria.

A autonomia militar passou a ser um dado importante para as Forças Armadas. Primeiro, é a garantia que elas têm de que não venha a se configurar o que chamam de hipótese de guerra interna. E a garantia de que não se submeterão a um poder político “não-confiável”. Se um governo de esquerda, pelas regras do jogo democrático, vier a se constituir, ele passa a ser considerado poder “não-confiável”, e elas então, com a autonomia, têm a garantia de não se submeterem a este poder. E a autonomia, por fim, concede aos militares a garantia de que não serão removidos de espaços já ocupados.

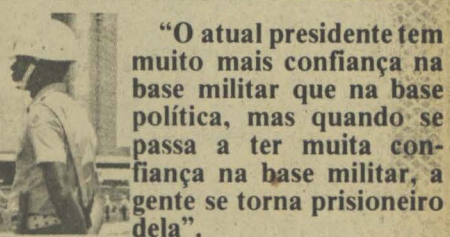


“É um erro dizer que há possibilidade de intervenção militar no Brasil. A intervenção é um dado concreto, as Forças Armadas ocuparam inúmeros espaços que não eram delas”.

TO: Apesar de toda expectativa popular, parece que a Nova República não superou a maior parte destas concepções. Como o senhor analisa, por exemplo, as ocupações de portos e refinarias da Petrobrás?
Cavagnari: A transição não conseguiu remover os militares dos espaços indevidamente ocupados. As intervenções militares recentes são um vício, porque os problemas de segurança pública sempre foram catalogados como problemas de defesa interna, mesmo em casos como o dos petroleiros e dos marítimos, em que se exercia nada mais que um direito normal dentro de uma sociedade democrática, o direito de greve. Além disso, eu acho importante destacar um outro aspecto: as decisões depois referendadas pelo presidente para o fechamento do comércio com Cuba e do comércio público externo foram tomadas a

nível dos gabinetes militares. Isto confirma quanto é verdadeiro que **existe autonomia militar dentro do aparelho do Estado.**

Os meios militares têm afirmado que a sociedade está muito reivindicativa. Mas eu acho saudável que seja dessa forma, porque uma sociedade democrática é aquela em que se admite o direito do povo de exigir. Acontece que isso perturba a idéia de estabilidade que os militares têm, que é o consenso, a conciliação e a disciplina, quando a estabilidade é decorrente da legitimidade do poder. Por isso, eles fizeram um ensaio de demonstração de força, deram uma advertência.



“O atual presidente tem muito mais confiança na base militar que na base política, mas quando se passa a ter muita confiança na base militar, a gente se torna prisioneiro dela”.

TO: Como a Constituinte pode enfrentar o problema do militarismo?
Cavagnari: As Forças Armadas querem que sua autonomia em relação ao poder político seja formalizada pela Constituinte. O esforço que tem que ser feito é para que justamente as coisas não se passem assim. É verdade que mesmo que o texto constitucional seja satisfatório e estabeleça o nível de decisão política sem a presença dos militares, dando às Forças Armadas apenas uma função instrumental, isso não é a garantia de que estes princípios serão respeitados no futuro.

Veja, por exemplo, a importância da sucessão presidencial. É preciso que o presidente da República disponha de um forte apoio político, que não esteja vinculado ao apoio militar. O atual presidente tem muito mais confiança na base militar que na base política, mas quando se passa a ter muita confiança na base militar, a gente acaba sendo prisioneiro dela.

Portanto, eu vejo que para levar adiante o combate ao militarismo é necessário que se consolide a hegemonia civil. Isso passa necessariamente pelo fortalecimento do poder político, para que essa autonomia das Forças Armadas seja progressivamente reduzida. Se a sociedade não se dispuser a construir, ela mesma, um Estado democrático, então nós vamos viver eternamente oscilando entre a transição para a democracia e o autoritarismo, sem nunca estabelecer uma hegemonia democrática.

METALÚRGICOS-SP

Reforçar a campanha

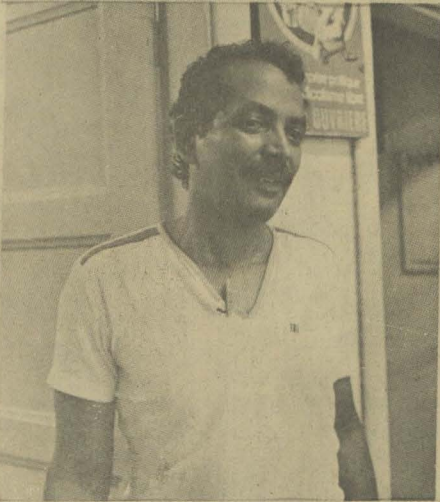
A eleição no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, nos dias 8, 9, 10 e 11 de junho, ocorre numa conjuntura bastante delicada. O país vive uma profunda crise econômica e política. A vitória de uma chapa progressista, a Chapa 2, dará um novo impulso à luta dos trabalhadores, contribuirá para a unidade das forças que desejam mudanças no Brasil.

A situação do país tem ingredientes explosivos. O governo não governa e há, inclusive, manobras golpistas na questão do mandato do presidente Sarney que ferem a própria soberania da Constituinte. No campo econômico, a inflação bate recorde na história e são visíveis os sinais de uma nova recessão, com desemprego em massa e outras chagas.

Por outro lado, o movimento popular e sindical não tem apresentado respostas à altura. O sindicalismo está perplexo, não toma iniciativas. Vários obstáculos existem, com a divisão de sua cúpula, a existência de três centrais e a falta de representatividade dos sindicatos, que não estão enraizados nos locais de trabalho.

Neste quadro, a eleição dos metalúrgicos se reveste de grande significado. Este é o maior sindicato da América Latina. A vitória de uma

Ponto de vista sindical



Eustáquio Vital, candidato da Chapa 2

chapa progressista contribuiria para o avanço do sindicalismo no seu conjunto, colocaria num novo patamar a luta pela unidade do povo.

Exatamente por isso, a burguesia vai mover céu e terra para influir no pleito. Seu objetivo é manter no sindicato um certo imobilismo, uma política de conciliação de classes. A imprensa já noticiou o apoio da Fiesp, o sindicato dos patrões, à Chapa 1, de Luis Antônio. E a gente sente esta presença nas fábricas. Na Metal Leve, por exemplo, as chefias estão em plena ação. Agem espalhando boatos, afirmam que se

a Chapa 2 vencer "vai haver baderna no país", que o Luis Antônio é moderado.

REFORÇO NA CAMPANHA

Neste momento da batalha eleitoral é fundamental reforçar a campanha da Chapa 2. Ela é mais avançada, a mais consequente. Na prática ela viabiliza a unidade dos setores progressistas, o que é vital para a vitória do povo. Esta unidade nasceu e se fortalece na base, a partir do que existe de trabalho organizado na categoria, como as Comissões de Fábricas, as Cipas atuantes e os grupos de fábricas não legalizados. Apesar de no seu interior existirem várias opiniões, dela ser heterogênea, prevaleceu o espírito de união para mudar o sindicato. Nosso objetivo é democratizar a entidade, tornando-a realmente uma entidade de massas, e enraizá-la nos locais de trabalho. Queremos construir um sindicato que ocupe seu espaço no cenário político brasileiro.

A própria campanha da Chapa 2 reflete este fato novo. Ela é diferente, é feita pelos próprios trabalhadores no interior das empresas. São as Comissões de Fábricas, os cipeiros, as lideranças fabris que levam à frente nossa campanha. E assim será durante a gestão. Serão os trabalhadores organizados nas fábricas que definirão os rumos do sindicato.

FUNCIONALISMO GAÚCHO

Pedro Simon obrigado a recuar

O centro de Porto Alegre parou na semana retrasada quando mais de 40 mil pessoas desfilaram em passeata, protestando contra a política do governador Pedro Simon em relação ao funcionalismo público estadual. Os servidores municipais, por seu turno, também entraram em greve na segunda-feira reivindicando apenas dois salários mínimos de piso.

No último dia 15 os portoalegrenses acompanharam uma das maiores manifestações públicas desde a campanha das diretas. Unindo professores estaduais, servidores públicos do Estado e município, associações de pais e mestres, entidades estudantis, centrais sindicais, CUT e CGT, sindicatos, representantes dos "sem teto", partidos políticos, numa caminhada que durou duas horas, o funcionalismo e o magistério demonstraram ao governador a sua capacidade de mobilização num momento importante da segunda rodada de negociações.

NOVA PROPOSTA

Pedro Simon apresentou no dia 18 uma nova proposta de reajuste: 63% para todos os níveis do funcionalismo, acompanhado por uma parcela variável para os padrões mais baixos. O salário piso ficaria em Cz\$ 2.736,00. Para o magistério, a proposta prevê um reajuste unitário de 71,64% sem qualquer parcela autônoma, incidindo sobre os meses de maio e junho, sendo 20% a mais em agosto. Com este reajuste o piso do magistério passaria para Cz\$ 3.450,00, que representa cerca de 2,1 salários mínimos, quando a categoria e a garantia da lei atual estabelece 2,5 mínimos. Todas estas propostas serão analisadas em assembleias gerais, mas o comando de greve dos professores avaliava que dificilmente seria acatada pela classe, apesar do único dado positivo que é o de respeitar o plano de carreira.

BANCÁRIOS-BA

"Congresso impulsionará a organização nos bancos"

O I Congresso dos Bancários da Bahia, a se realizar nos dias 6 e 7 de junho, em Salvador, está despertando grande interesse da categoria. Uma das novidades é que os delegados ao congresso serão reconhecidos pelo sindicato como delegados sindicais em toda a extensão de suas funções. Durante o encontro deverá ser discutida a democratização da entidade sindical, onde serão propostas mudanças nos seus estatutos, eleição direta para a Federação dos Bancários e adoção de mecanismos para a penetração do Sindicato dos Bancários na base. Também se verá a maneira de organizar segmentos importantes da categoria, como as mulheres bancárias, os processadores de dados, entre outros. Por fim será debatida a conjuntura nacional e a sua relação com a Constituinte.

Nole Fraga, funcionária do Baneb e segunda tesoureira do Sindicato dos Bancários da Bahia, acha que com a realização deste congresso "estaremos dando passos largos na organização dos bancários e reafir-

mando o sindicato como órgão de luta e combate aos banqueiros e à política antipopular do governo". A sindicalista acrescenta que o seu sindicato "já tem tradição de lutar pela unidade dos trabalhadores e contra o divisionismo pregado por grupos aparelhistas. Da mesma forma o sindicato luta contra os interesses daqueles que querem fazer da atividade sindical a aplicação prática da conciliação e do carreirismo".

Os bancários vêm se notabilizando pelo espírito de unidade com que trava a luta contra o arrocho salarial e por maior liberdade. Esta combatividade durante as campanhas realizadas no Estado granjeou um grande respeito nos demais sindicatos dos bancários do país. Para Nole Fraga, este fato "se deve ao grau de defasagem salarial vivido atualmente pelos bancários e também pelos encaminhamentos propostos pela direção do sindicato".

No entanto, paralelamente a este ímpeto demonstrado na luta, a cate-

do PDT, a exemplo de grupos congêneres do Rio, tentaram tumultuar a assembleia e impedir a sua realização. No mesmo dia o prefeito se manifestou dizendo que iria punir os grevistas com a ameaça de corte de função gratificada, além de ainda não ter efetivado o pagamento que deveria ter saído no dia 15.

O presidente da AMPA - Associação dos Municipários de Porto Alegre -, Paulo Cruz, disse que "a todo tipo de ação corresponde uma reação. Na medida que o Executivo endurece com repressão, a nossa greve responde com o fortalecimento da mobilização, organização e novas adesões". A proposta apresentada pelo prefeito foi de um reajuste salarial de 20% para a categoria examinou a proposta do executivo: 30 integrantes de "núcleos de base"

Já a Chapa 1, encabeçada pelo Luis Antônio, representa o que há de mais atrasado e imobilista na categoria. Durante três anos de gestão na diretoria atual, deu para perceber que este setor quer brecar o crescimento das lutas e da organização dos trabalhadores. Sua concepção é cupulista, afastada das bases e a própria chapa foi fruto de articulações de cúpula, de conchavos, de trocas de favores. Nesta articulação o que vale é a palavra do presidente, do Luis Antônio. Ela manda e desmanda, decide, assina acordos - não há democracia interna.

Por sua vez, a Chapa 3 só tem feito o jogo da divisão. No processo de formação das chapas nós não excluímos ninguém que tivesse como proposta fazer avançar o sindicato. Entretanto, numa visão exclusivista, este setor preferiu montar uma chapa "pura", dividindo a oposição. De tão sectária que é, esta chapa não conseguiu nem atrair o apoio da CUT. Esta central continua dividida, perdida na eleição. Vários sindicalistas desta central já manifestaram apoio à nossa chapa.

Todos esses fatores apontam para a vitória da Chapa 2. Nas Fábricas a receptividade é excelente. Nos meus 20 anos de sindicalismo, nunca participei de uma campanha que fluísse tão bem na base. Nós não encontramos resistências na categoria. A campanha se desenvolve dentro das fábricas. Isto, no entanto, não nos pode levar à acomodação. A eleição sindical, tem as suas surpresas - além da pressão das chefias, das fraudes da situação. Por isso, é preciso reforçar a campanha nesta reta final.

Congresso na Bahia

Realiza-se nos dias 25 e 26 de maio o I Congresso Eleitoral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia (Fetag), que escolherá a nova diretoria da entidade para o triênio 87/90. Neste congresso os trabalhadores darão um importante passo na luta pela conquista da liberdade e autonomia sindical. Participarão deste evento não somente os diretores dos sindicatos dos trabalhadores rurais, como ocorria até aqui, mas também os delegados eleitos em assembleias sindicais.

Duas chapas disputarão as eleições da Fetag-Bahia. Segundo Wilson Martins Furtado, atual secretário-geral da Fetag e candidato à reeleição, "fizemos todo esforço para assegurar a composição de chapa unitária que reflita o conjunto de forças que atuam no movimento sindical rural baiano. Temos plena convicção de que a chapa 'Unidade e Luta pra Avançar', com o companheiro Aurelino Bastos na presidência, conseguiu esta unidade. Contempla desde os companheiros mais comprometidos com as lutas sindicais na atual diretoria, passando pelos valorosos camaradas comunistas, até as novas lideranças que surgiram no calor da luta".

(da sucursal)

PF agride grevistas

O coronel Joaquim Ari, administrador da Santa Casa de Misericórdia de Campo Grande, conta com apoio ativo da Polícia Federal para reprimir a greve dos funcionários daquela instituição por melhores salários e condições de trabalho. Na semana passada, numa manifestação de solidariedade aos grevistas, promovida por várias entidades, foram presas sete pessoas, entre sindicalistas, representantes do PSB, PT, PC do B e PMDB e mantidas incomunicáveis. Das sete, duas foram soltas e as outras continuavam detidas até o final da semana. Esse tipo de violência contra as liberdades públicas tem sido uma constante desde a última greve geral do dia 12 de dezembro: prisões sem flagrante, agressões de todo o tipo à luta popular são marcas da Polícia Federal em Campo Grande. O movimento democrático, entretanto, se mobilizou em apoio: a Câmara Municipal da cidade promoveu manifestação de desagravo às violências, exigindo a soltura dos presos. Os cinco detidos passaram da incomunicabilidade para o regime de prisão albergue.

(da sucursal)

Eleição em Guarulhos

Nos dias 25, 26, 27 e 28 de maio ocorrerão as eleições para nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos, na Grande São Paulo. A entidade é uma das mais importantes do sindicalismo brasileiro. Possui mais de 70 mil operários na base e cerca de 28 mil sindicalizados - sendo que 23 mil estão em condições de votar.

Duas chapas disputam o pleito. A Chapa 1 é formada por membros da atual diretoria e 11 jovens lideranças que se destacaram nas mais recentes lutas travadas pela categoria. A Chapa 2 é vinculada à CUT. Segundo Osvaldino Ferreira, operário da Tec Fil Filtros e integrante da Chapa 1, "o resultado desta eleição terá grande reflexo no sindicalismo paulista e nacional, porque o nosso sindicato é o terceiro maior do país". Ele explica que "a Chapa 1 é a que tem melhores condições de fortalecer a nossa organização. Ela possui sangue novo, operários comprometidos com a democratização do sindicato e seu enraizamento nas fábricas".

Prisões em Fortaleza

O centro de Fortaleza se transformou no sábado, 16, numa verdadeira praça de guerra. A PM, a pretexto de proteger as lojas, reprimiu, prendeu e espancou os participantes de uma manifestação pacífica, convocada pelo Sindicato dos Comerciantes, que exigia o cumprimento de uma lei de autoria do vereador Francisco Lopes (PC do B), que determina o fechamento do comércio às 13 horas e dos supermercados às 18 horas, nos sábados. Aprovada desde o ano passado, ela não vem sendo cumprida, contando com a conivência da administração municipal petista.

O Sindicato dos Comerciantes lançou um protesto contra o governador Tasso Jereissati pelos desmandos da PM, que tratou os manifestantes como criminosos. Alertou ainda que o governador não corresponde à confiança nele depositada pelos cearenses, no sentido de realizar um governo de mudanças, "o que não casa com a utilização dos mesmos métodos repressivos próprios dos tempos da ditadura".

(da sucursal)

Garra Metalúrgica

Depois de percorrer as portas de várias fábricas nos bairros de Guadalupe, Marechal Hermes e Deodoro, na Zona Norte do Rio, o deputado federal Edmilson Valentim, do PC do B-RJ, reuniu-se no dia 18 com vários metalúrgicos. Neste encontro o parlamentar comunista fez uma explanação sobre a situação política e econômica do país. Ele lembrou que a atual crise leva, mais uma vez, a burguesia a jogar pesado contra os trabalhadores. Por outro lado, ela procura esvaziar os trabalhos da Constituinte, garantindo assim um perfil conservador para a nova Carta.

Este encontro com os operários foi promovido pelo movimento de oposição Garra Metalúrgica, que se prepara para enfrentar a batalha eleitoral no sindicato da categoria. Segundo os coordenadores, a Garra Metalúrgica se propõe a ser um instrumento de unificação da categoria, buscando superar todas as divergências de ordem política, social e religiosa, visando conquistar o sindicato e torná-lo forte.

(da sucursal)

Universidade ocupada

Os estudantes da Universidade de Fortaleza (Unifor), que estão em greve desde o dia 11 de maio, enfrentam a violência e arbitrariedade da Polícia Militar que ocupou o campus. Os policiais armados, que permanecem nos recintos da universidade, perseguem os grevistas até mesmo nos banheiros. Quando uma universitária acompanhada do diretor da UNE, Robert Burns, tentou documentar a presença da PM no campus, começou a repressão generalizada, com espancamentos. Três estudantes foram presos, sendo enquadrados como criminosos comuns. O motivo da luta dos universitários se deve ao aumento exorbitante das mensalidades (170%), pretendido pela direção da Fundação Edson Queiroz. A arbitrariedade contra os grevistas foi um tiro que saiu pela culatra. O movimento ganhou o apoio dos professores e a opinião pública se posicionou contra a violência da PM, obrigando a reitoria a negociar com os grevistas, que agora lutam por um aumento de 100% ao invés dos 170% iniciais.

(da sucursal)



Cerca de 40 mil servidores desfilaram pelas ruas de Porto Alegre protestando contra a intransigência do governo estadual

do PDT, a exemplo de grupos congêneres do Rio, tentaram tumultuar a assembleia e impedir a sua realização. No mesmo dia o prefeito se manifestou dizendo que iria punir os grevistas com a ameaça de corte de função gratificada, além de ainda não ter efetivado o pagamento que deveria ter saído no dia 15.

O presidente da AMPA - Associação dos Municipários de Porto Alegre -, Paulo Cruz, disse que "a todo tipo de ação corresponde uma reação. Na medida que o Executivo endurece com repressão, a nossa greve responde com o fortalecimento da mobilização, organização e novas adesões". A proposta apresentada pelo prefeito foi de um reajuste salarial de 20% para a categoria examinou a proposta do executivo: 30 integrantes de "núcleos de base"

e um abono de Cz\$ 400,00 para as faixas de um a cinco. Esta proposta foi rejeitada e a greve continuará por tempo indeterminado. Os municípios decidiram manter a reivindicação de dois mínimos, o abono de faltas e a garantia de que não haverá punições.

O tratamento desigual atinge também os servidores da Justiça do Estado, em greve há mais de 40 dias. O Tribunal de Justiça gaúcho deverá utilizar os correios para enviar cerca de 30 mil mandatos de citação e intimação que estão enclalhados nas diversas varas judiciais. Já para os magistrados, o mesmo Tribunal encaminhou ao governador uma proposta de reajuste emergencial para os juizes de 60% mais 25% no mês de julho. Dois pesos e duas medidas.

(da sucursal)



Nole Fraga (ao microfone) defende maior enraizamento do sindicato na base

goria ainda padece de debilidades, enfrentar o poderio econômico e político do patronato", alerta Nole. Ele assalta: "Falta esta consciência que o sindicato está dando um salto na organização dos bancários e bancários".

Enfrentar o poderio econômico e político do patronato", alerta Nole. Ele assalta: "Falta esta consciência que o sindicato está dando um salto na organização dos bancários e bancários".

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois



fala o POVO

Nesta edição publicamos mais quatro cartas com a avaliação sobre o número experimental da *Tribuna Operária*. As mais diversas opiniões dos leitores nos ajudarão a ter uma idéia do novo tipo de jornal que é necessário neste momento. Continue a nos enviar o seu ponto de vista.

“Quero manchetes contundentes”

Aprovo com alguns reparos a TO experimental. Não entendo muito de diagramação, colocação de fotos e outras técnicas de jornal. Sou adepto e preço para que o formato tablóide saia vencedor. E justifico minha defesa: O tablóide se tu estiver no ônibus ou metrô, pode abrir suas páginas, que não ocuparão (de maneira incômoda) o banco do usuário ao lado, o que ocorre com o tamanho grande. Com o tablóide não se precisa dobrar as páginas para ler. Com o modelo atual a cada página que se lê tem que dobrar e o final da leitura está toda amassada, quase rasgando e as frases das dobrinhas semi-apagadas e desgastadas pelo atrito do papel.

Reparo: Com relação à capa deve se pôr os tópicos ou manchetes de todos os assuntos tratados ou os mais importantes, com uma foto ou charge para o que se quer destacar. Quero que as manchetes da capa sejam contundentes, que choquem os olhos dos leitores como um feixe de luz e que forcem os mesmos a abrir o jornal para ler os assuntos.

Quero também que o jornal dedique uma página ou algumas colunas à didática das leis abordadas pelo marxismo-leninismo. Por fim quero que o nosso jornal atinja o maior número de operários e trabalhadores em geral.

Adair F. da Silva, Porto Alegre, Rio Grande do Sul



Foto: Clinto Reinado

“Novo modelo é mais versátil”

Achei o novo modelo da TO bem mais versátil e fácil de manuseá-lo, porém aproveitei a oportunidade para sugerir que abrisse um espaço na primeira página para as principais manchetes da edição, como forma de chamamento e destaque para os assuntos abordados.

Também a título de sugestão, seria muito bom que se criasse uma seção para relato das atuações dos consti-

tuantes do PC do B semanalmente, abordando as suas atividades nas subcomissões em que estão atuando. Seria importante este acompanhamento sistemático aos militantes e simpatizantes do PC do B. Na subcomissão em que não estiver presente ao menos um do partido, que relatasse a do constituinte com linhas progressistas próximo a nós.

(Rui Caldas Brandão, Ruy Barbosa, Bahia)

“Linguagem ainda é elitizada”

Gostaríamos de colaborar com as tentativas de mudanças do nosso jornal. Aqui algumas opiniões sobre a edição experimental.

Como várias opiniões já publicadas, também não gostamos do formato tablóide. Acharmos que o formato do jornal deve continuar o mesmo. Quanto às inovações, as notícias estão muito boas, dando um caráter mais dinâmico ao jornal. O tom realmente deve ser mais irônico. As colunas “Lições da Luta Operária” e “De Olho no Lance” continuam com ótimo conteúdo e são imprescindíveis ao nosso jornal, principalmente “Lições”, pelo seu caráter orientador e elucidativo.

Uma sugestão que consideramos bastante válida é a criação de uma personagem de quadrinhos identificada com as lutas do povo, que fosse publicada em tiras no jornal, além do uso mais constante de cartuns e charges políticas. Os artigos estão melhorando enquanto conteúdo, mas a linguagem ainda está um pouco elitizada. Precisa-

“Procurar abaixar o preço”

Aproveito a oportunidade para parabenizar os companheiros pelas mudanças efetuadas no jornal e emitir a minha opinião acerca do novo jornal. Artigos com uma linguagem mais clara (acessível às massas), vivos e abrangentes irão contribuir para a popularização da TO. Deve-se procurar formas de jogar o preço do jornal para baixo, já que a classe social em que a TO se

dirige não tem um poder aquisitivo estável (geralmente). Abrir espaços para propaganda é uma das minhas sugestões. Quanto ao nome, se realmente desejam substituir o atual, dos citados, *Tribuna Popular* para mim é o mais adequado.

(Paulo Roberto Campos, Paratinga, Bahia)

A prática da eutanásia em Taubaté traz ao país a ameaça de transformar os órgãos humanos numa nova mercadoria capitalista

Quem assistiu ao filme “Coma”, em que um grupo de médicos se associa criminosamente para assassinar pacientes durante operações para vender seus órgãos para transplante, dificilmente pensaria que a ficção viesse a se tornar realidade justamente no Brasil. Pode ter acontecido algo um pouco semelhante em Taubaté (interior de São Paulo), e dentro do Hospital de Clínicas da Universidade local. O médico Roosevelt de Sá Kalume denunciou à polícia, ao Conselho Regional de Medicina e ao Conselho Universitário daquela universidade, quatro colegas professores, que segundo ele, estariam praticando eutanásia (apressando a morte de pacientes) com o objetivo de retirar seus rins que estariam sendo transplantados em São Paulo, inclusive em pacientes particulares (pagantes).

A investigação das denúncias está sendo feita pela polícia de Taubaté e pelo Conselho Regional de Medicina de São Paulo. Se confirmadas, além do aspecto escabroso do caso talvez venham a ser a ponta de um “iceberg”, o comércio de órgãos pode ter chegado ao nosso país. Nos EUA aonde foi feito o filme, apesar de não de ter comprovado casos de eutanásia e assassinato, o lucro com o comércio de órgãos já é fato corriqueiro. Quem tem dinheiro consegue obter os órgãos e o transplante (e pagando caro), quem não tem entra na fila e às vezes morre antes de chegar a sua vez. Parece que como sempre iremos a reboque do que os EUA tem de pior: as idéias capitalistas, que transformam em mercadorias até mesmo a saúde e a morte dos indivíduos.

TRANSPLANTE: UMA NECESSIDADE

A era dos transplantes abriu nova perspectiva para milhares e milhares de pessoas. Quem tem um coração com seu miocárdio (músculo do coração) definitivamente lesado só tem duas alternativas: transplante ou morte. Da mesma maneira, quem tem rins destruídos por alguma doença crônica está condenado a passar o resto de suas vidas dependendo de máquinas ou outros procedimentos para conseguir sobreviver sem sua função renal. O transplante de rim pode curá-lo. Quem tem



uma córnea destruída, só voltará a ver se receber um transplante de córnea. No Brasil o número de pessoas aguardando transplante é imenso e o número de doadores insuficiente. Nos grandes hospitais públicos ou beneficentes aonde são realizado maior número de transplantes, até agora não têm usado critérios de renda para selecionar os receptores e sim critérios altamente éticos e científicos.

É mais que evidente que a doação de órgãos de moribundos por parte da família é um ato de profundo sentimento humanitário, ou seja um ente querido que se despede da vida, poder contribuir com partes de seu corpo para salvar outras vidas. Nesse sentido seria importantíssimo que se desenvolvessem campanhas educativas em nível nacional estimulando a doação. Fatos como esses de Taubaté somente contribuem para atemorizar a população e afugentar doadores, pois suas famílias que têm que autorizar a doação perdem a confiança nos serviços médicos e preferem deixar que seus parentes morram e sejam enterrados sem que sejam retirados quaisquer órgãos.

INFRAÇÃO À LEI

A retirada de órgãos para transplante é regulada pela lei 5.479 de 10/08/68. Há todo um procedimento legal a ser cumprido e um procedimento médico rigoroso nos casos concretos. Isto se dá devido a que para a maio-

ria dos transplantes, os órgãos devem ser retirados antes que ocorra o evento final da morte que é a parada do coração. Se assim não for feito tais órgãos seriam lesados e não serviriam para serem transplantados.

É fato mais que comprovado que é impossível sobreviver se o cérebro tiver parado definitivamente de funcionar. O indivíduo entra em coma (inconsciência profunda), depois pára de respirar, depois sua pressão arterial começa a cair e finalmente ocorre a parada cardíaca final. Para os leigos este é o momento da morte, mas os médicos sabem que quando ocorre a morte cerebral, o indivíduo está praticamente morto pois o desenlace é apenas uma questão de tempo.

O diagnóstico de morte cerebral, que é irreversível, é feito através de exames clínicos e confirmado pela arteriografia cerebral e/ou eletroencefalograma. Antes que se possa retirar os órgãos é necessário que fique evidente que está havendo falência das funções cardiovasculares (diminuição da pressão arterial por exemplo). O doador então passa a receber drogas para manter artificialmente sua pressão arterial, geralmente já tem uma máquina mantendo sua respiração e se a família permitir poderá então ter seus órgãos retirados.

O médico Roosevelt de Sá Kalume acusou seus colegas justamente de realizarem a retirada de rins em pacientes que ainda mantinham espontaneamente suas funções cardio-vasculares, ou seja, não estavam ainda no estágio bem definido de morte cerebral, apesar de estarem em coma profundo. Além da permissão da família e o diagnóstico bem estabelecido a lei exige uma série de autorizações e notificações a autoridades sanitárias, inclusive informando quem foram: doador e receptor dos órgãos, resultado de necropsia do doador.

Se por um lado a acusação mais séria, de eutanásia ainda está por ser comprovada ou não, parece evidente pelo noticiário que alguns desses requisitos da lei não foram respeitados pelos médicos acusados. Inclusive as autorizações de familiares parecem ter sido obtidas por processos atípicos. As infrações cometidas, mesmo se

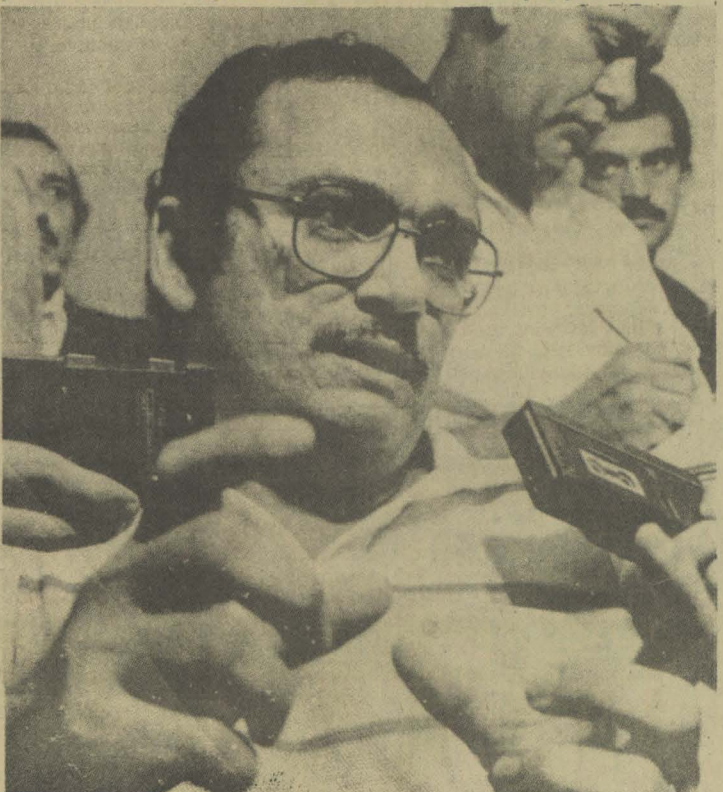
não comprovada a eutanásia, podem resultar em penalidades severas para os acusados tanto no âmbito criminal como através do Conselho Regional de Medicina.

Lamentável ainda o comportamento do reitor da Universidade de Taubaté, a quem o prof. Kalume levou sua denúncia antes de vir a público e que ao invés de tomar as necessárias providências, ignorou-as. Posteriormente desencobriu a feroz perseguição aos drs. Kalume e a todos quantos do alguma maneira com ele solidarizaram, inclusive o demitindo da Universidade o advogado do médico.

Este caso tem vários aspectos profundamente negativos. Um deles é a possibilidade de comprometimento do programa nacional de transplantes, que é altamente necessário à sobrevivência de tantos pacientes. O Brasil tem um programa avançado e altamente ético de transplantes de coração, rins, córneas e mais recentemente de fígado. O aumento do número de doadores só pode se dar havendo confiança das famílias na honestidade da equipe médica a quem caberá dar o diagnóstico de morte cerebral. Do contrário ninguém arriscaria assinar uma permissão, pois afinal não se sobrevive sem os rins ou o fígado. Casos como esse podem levar a uma diminuição do número de doações.

Por outro lado, episódios como esse podem estimular o comércio de órgãos e a busca do lucro com a atividade de transplante, o que até agora não vinha ocorrendo. Não podemos permitir que um ato profundamente humanitário como a doação de órgãos de pacientes moribundos se transforme em um comércio qualquer, sujeito como qualquer mercadoria à lei da oferta e procura. Ainda não é isso que os médicos aprendem nas escolas, apesar das deformações do ensino médico. E esperamos que tal coisa nunca ocorra em nosso país. Por isso é preciso esclarecer esse caso até o fim e punir exemplarmente, se culpados houver. E qualquer que seja o resultado dos inquéritos esclarecer amplamente a opinião pública. Transplante é coisa séria e tem que continuar sendo.

(José Augusto Möchel)



Dr. Kalume denunciou a prática da eutanásia em Taubaté

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011) Telefax: 011-32133 TLOBR
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olivia Rangel
ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69900.
ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: R. Cincinnati Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.
AMAZONAS - Manaus: R. Simom Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - R. João Pessoa, 53, São Lázaro, Telefone: 237-6644 - CEP 69000.
BAHIA - Camaçari: R. José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800.
Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100.
Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar -

Centro, Juazeiro: R. Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: R. Marechal Deodoro, 30 - Centro - CEP 47500. Salvador: R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesf) - CEP 43700.
DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.
CEARÁ - Fortaleza: R. Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguaçu: R. Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500.
Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.
ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: R. Duque de Caxias, 112. Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.
GOIÁS - Goiânia: R. 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: R. 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.
MARANHÃO - São Luís: R. Grande, 921

- Fone: 221-5444 - CEP 65000.
MATO GROSSO - Cuiabá: R. Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.
MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.
MINAS GERAIS - Belo Horizonte: R. Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.
PARÁ - Belém: R. Manoel Barata, 993 - CEP 66000.
PARAÍBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º

andar - Centro - CEP 58100.
PARANÁ - Curitiba: R. Saldanha Maranhão, 370, 2º andar - Fone: 222-9120 - CEP 80000. Londrina: R. Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.
PIAUI - Teresina: R. Desembargador Freitas, 1.459 - Fone: 222.2044 - CEP 64000.
PERNAMBUCO - Cabo: R. Vigário Batista, 230 - CEP 53500. Garanhuns: R. Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: R. do Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000.
RIO GRANDE DO NORTE - Natal: R. Jundiá, 420 - Cidade Alta - CEP 59000.

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: R. Vigário José Inácio, 687 - CEP 90000. Bento Gonçalves: R. Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Canoas: R. Tiradentes, 130 - sala 405 - CEP 92010. Caxias do Sul: R. Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: R. Voluntários da Pátria, 1966 - CEP 96015. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: R. Mal. Floriano Peixoto, 1.357, sala 4 - CEP 97015. Rio Grande: R. Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. Hó: R. 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchesi, 5, 2º andar - Caixa Postal 643 CEP 98700.
RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: R. 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. Niterói: Av. Amílcar Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: R. Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 219 - CEP 26000. SANTA CATARINA - Florianópolis:

Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.
SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: R. Senador Saraiva, 448, fone: 246-4312 - CEP 13100. Marília: R. Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: R. Ten. Avelar Pires, 19 de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, 1º andar - CEP 13560. Taubaté: R. Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: R. Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: R. Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200.
SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Oviedo Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.
A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Past-Up e Fotolito - Litarte Fotolitos Ltda. Fone: 35-9738 - Imprensa: Cia. Jorões - Fone: 815-4991 - São Paulo

Fundação Maurício Grabois

DÍVIDA EXTERNA

BRASIL-87 • CONFERÊNCIA SINDICAL LATINO-AMERICANA E CARIBENHA

Foto: Altton S. Leite

A conferência realizada na Unicamp retratou o agravamento da crise nos países latinoamericanos e caribenhos e os efeitos corrosivos da dívida externa

Unidade contra o imperialismo

A Conferência Sindical Latinoamericana e Caribenha sobre dívida externa, realizada entre os dias 18 a 21 na Universidade de Campinas (SP), comprovou o agravamento da crise econômica e política nos diversos países da região em consequência do endividamento. E indicou a necessidade de união dos trabalhadores na luta contra a espoliação imperialista.

O quadro é dramático. Calcula-se em 150 milhões o número de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza absoluta na América Latina, com renda mensal inferior a 40 dólares. Desempregados e subempregados somavam 30 milhões, ou 30% da população economicamente ativa, em 1980, sendo que novos contingentes de trabalhadores foram incorporados a essas condições desde então.

Em apenas cinco anos, no período compreendido entre 1982 a 1986, os países da América Latina e do Caribe transferiram 131,9 bilhões de dólares aos grandes capitalistas estrangeiros; de 1981 a 1986 sofreram uma queda de 20% nos termos de troca, o que acarretou um prejuízo de 55 bilhões de dólares segundo estimativas da Cepal.

A fuga de capital da América Latina chegou a 160 bilhões de dólares entre 1974 a 1984. Nos últimos 12 anos o total de pagamentos e saídas de divisas do continente ao exterior montou 572,5 bilhões de dólares, 190,8 bilhões de dólares a mais do que o total dos débitos no final do ano passado. Apesar disto, o endividamento cresceu cinco vezes desde 1975 (quando alcançava 75 bilhões de dólares).

O problema foi discutido em profundidade por representantes de mais de 20 países latino americanos e caribenhos que participaram da conferência. Os relatos revelam uma tragédia de pragas comuns a todos os países: desemprego em massa, inflação, rebaixamento dos salários, crescimento das enfermidades, queda dos investimentos.

A Argentina, com uma dívida superior a 50 bilhões de dólares, pagou quase 14 bilhões de dólares aos banqueiros estrangeiros entre 1984 a 1987. No período, a participação dos assalariados do país na

renda nacional declinou de 34% para 28%, a taxa de inversão bruta de capital (como percentual do PIB) foi de apenas 14% em 1986, contra 25% em 1977.

**Entre 1974/86
a AL pagou
US\$ 572,5 bi**

A população ocupada na indústria caiu 11% entre 1975 a 1985. Em 1970, quando aquele país pagava 1 milhão de dólares diários aos bancos credores, existiam 3 milhões de pessoas em situação de "extrema pobreza"; em 86, os pagamentos alcançaram cerca de 10 milhões de dólares diários, o número de argentinos em "extrema pobreza" pulou para 9 milhões, sendo que perto de 30 mil crianças morrem a cada ano por desnutrição e falta de medicamentos (uma cada vinte minutos).

O governo colombiano compromete cerca de 50% das exportações do país com o pagamento da dívida, comprometendo a possibilidade de crescimento econômico e rebaixando os salários dos trabalhadores. Além disto, "intensifica brutalmente a repressão", conforme denunciou o dirigente da Central Unitária dos Trabalhadores colombianos, Aníbal Palácio: "Apenas no espaço de um ano — 200 lideranças sindicais e políticas foram assassinadas por organizações paramilitares, sem que o governo tome a iniciativa de investigar os crimes".

Já a Bolívia deve o equivalente a 140% do seu produto interno bruto. Albert Echazu, do Comitê Executivo Nacional da Central Operária Boliviana (COB), diz que 51% dos gastos governamentais são com "a defesa, a repressão e a dívida externa. 25% dos trabalhadores amargam o desemprego, o salário mínimo é hoje de apenas 25 dólares, a remuneração

dos assalariados sofreu uma perda de 60% entre 1980 e 1986".

A Venezuela, com uma dívida externa de 34 bilhões de dólares, atravessa uma grave crise, apesar de ser produtora de petróleo. Conforme Humberto Romero, da Central Unitária dos Trabalhadores do país (CUT), 14% da população economicamente ativa encontra-se desempregada, "verifica-se um estancamento econômico, com redução dos salários e crescimento do setor informal da economia. Em 1983, o dólar valia 4,30 bolívares (moeda local), neste momento custa 7,50 e 14,50 (compra e venda) no mercado oficial, no câmbio livre atinge a 26 bolívares. Atualmente 50% das divisas obtidas com petróleo destinam-se a pagar a dívida. A fuga de capitais do país monta a 35 bilhões de dólares, sendo maior que o próprio endividamento".

Com uma dívida externa de 2 bilhões de dólares, contraída em grande medida para gastos com a repressão, o Paraguai compromete dois terços de suas exportações com o pagamento de juros. No Panamá dos débitos totalizam 6 bilhões de dólares, "respondendo por 50% do déficit público", conforme Gabriel Castilho, da Central Autêntica de Trabalhadores Independentes, que informou ainda: "De 650 mil panamenhos em condições para o trabalho, 250 mil estão desempregados, os salários foram rebaixados, as enfermidades são muitas e há uma grande crise de habitação", acrescentou.

**Os operários
sofrem o ônus
na Bolívia**

Quanto ao Brasil, como disse o presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, é fácil observar que a dívida "vem impossibilitando o crescimento econômico, constituindo um grande obstáculo à elaboração e implementação de programas sociais e seu pagamento conduz a um arrocho permanente dos salários reais".

As intervenções dos delegados de outras entidades sindicais referem-se a problemas semelhantes, diferenciados apenas quanto à intensidade e às particularidades de cada país. Um quadro que patenteia a necessidade de uma ação unitária dos povos da América Latina e do Caribe, sendo este um dos objetivos da conferência.

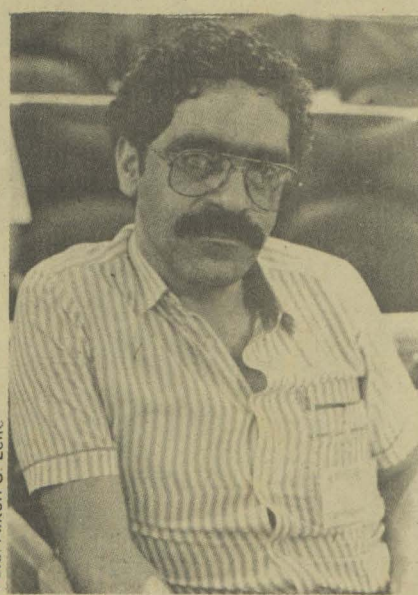
"É evidente que a única forma de pagar a dívida em nossos países é conduzindo nossos povos à miséria", afirmou Jair Meneguelli, presidente da CUT.

Uma conclusão que tornou-se praticamente consensual entre os participantes do encontro: "É mais que necessário garantir a unidade dos trabalhadores e, esforçar-se por integrar à nossa luta também outros setores populares com problemas comuns para resistir às pressões do FMI e dos bancos estrangeiros. Creio que a cada encontro sobre a dívida vamos ampliando as forças envolvidas e ganhando mais representatividade", disse José D'Elia, presidente do Plenário Internacional de Trabalhadores da Convenção Nacional dos Trabalhadores do Uruguai (PIT-CNT).

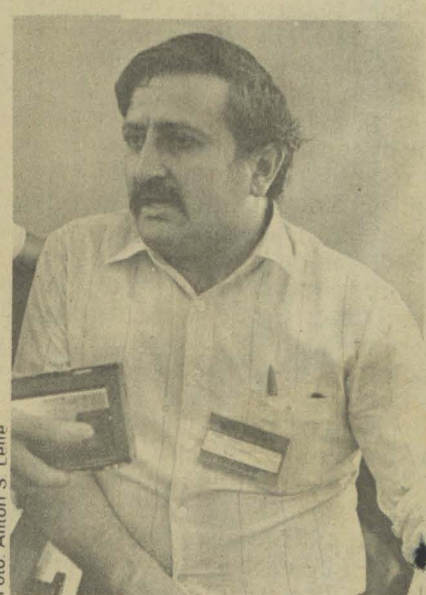
O líder sindical colombiano Aníbal Palácio observou que vem se conformando "uma grande frente contra o pagamento da dívida e esta conferência ajudou muito neste sentido. Vai ficando também cada vez mais claro que o problema é eminentemente político e como tal deve ser tratado, não é uma questão meramente técnica". O líder da COB, Albert Echazu, por sua vez, ressaltou a necessidade de "passar do discurso e da constatação para atitudes concretas dos trabalhadores da região".

De acordo com Sérgio Barroso, 1º secretário da CGT, "a conferência marcou para o dia 23 de outubro manifestações de massa contra a dívida em todos os países da América Latina e Caribe, o que será um passo importante para unir o povo na busca de uma solução para o problema".

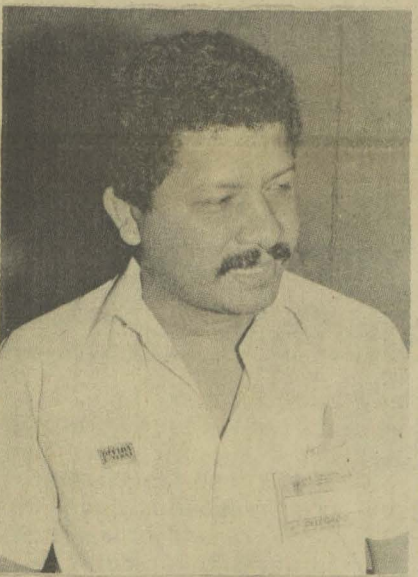
(Umberto Martins)



Palácio, da CUT da Colômbia: metade das exportações para pagar os bancos estrangeiros



Echazu, da COB: "Dívida de 140% do PIB e redução de 60% sobre os salários"



Castilho, sindicalista do Panamá: "Desemprego de 38% e salários arrojados"



Romero, da CUT venezuelana: "35 bilhões de dólares só em fuga de capitais"

Ação divisionista

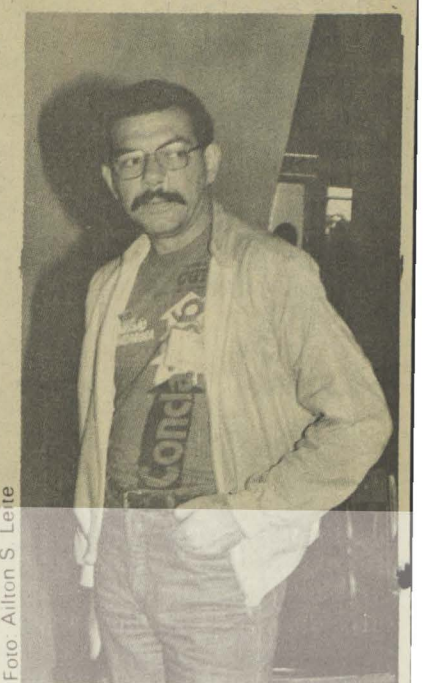
Apesar de ser um fórum privilegiado de debates sobre a dívida externa da América Latina e do Caribe, a conferência sindical realizada em Campinas também mostrou "as graves limitações do movimento sindical da região, particularmente no que toca às centrais sindicais de âmbito mundial", na opinião do 1º secretário da CGT, Sérgio Barroso.

Convocado pela CUT e CGT do Brasil, COB e PIT CNT do Uruguai, o encontro não contou com a presença de representantes da Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (Ciols), de tendência social-democrata. E a Federação Sindical Mundial (FSM), ligada aos revisionistas soviéticos, "participou tentando impor à conferência uma posição atrasada, que não está em harmonia com os interesses e a luta dos povos latino americanos e caribenhos", afirmou Barroso.

Com efeito, ligada a interesses de caráter imperialista (da União Soviética), "a FSM tem uma postura de retórica e de simples constatação com relação à dívida externa, dizendo que ela é impagável, dando uma orientação claramente reformista e procurando circunscrever a luta contra a dívida nos marcos das tarefas de consolidação dos regimes democráticos-burgueses, interrompendo o caráter revolucionário da luta dos trabalhadores

pela independência dos países sob o jogo da dominação imperialista".

"A posição da FSM", assegura o 1º secretário da CGT, "está na verdade contra a tendência histórica, já que a burguesia vem demonstrando a incapacidade de resolver este problema nacional não só pelo seu papel de abastardar a revolução como pela sua íntima ligação com o imperialismo. Na medida em que vivemos uma época de crise acentuada do imperialismo, a luta pela libertação nacional se identifica mais e mais com os interesses maiores do proletariado".



Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Calote dos grandes

Ao tempo em que os sindicalistas caribenhos e latino-americanos discutiam os problemas decorrentes da dívida externa, nos Estados Unidos o Citicorp anunciava que poderia ir à Justiça exigir o pagamento da dívida brasileira, em moratória desde 20 de fevereiro. Os imperialistas estão indignados com a atitude brasileira. Porém, Estados Unidos e Inglaterra já suspenderam seus débitos com o Brasil!

Em 1945, o Brasil tinha um saldo credor de cerca de 754 milhões de dólares. A II Guerra Mundial terminara há alguns meses. Países da Europa e até os Estados Unidos tomaram dinheiro emprestado do Brasil. E nosso país sofreu calote. A Inglaterra anunciou que não pagaria sua dívida de 68 milhões de

libras, durante quatro anos, a partir de 1947. Mas não ficou só nisso. Não pagou os juros dos ditos milhões e forçou o Brasil a realizar compras judiciais à nossa economia. Sem ironia, o governo inglês ainda enviou-nos um bilhete dizendo que "seria um gesto muito bem recebido" se "o governo brasileiro lhe propusesse o cancelamento de uma parte dos seus saldos".

Também nessa época os Estados Unidos congelaram os saldos positivos brasileiros em dólar. Isso quando os ianques, menos de 15 anos antes, haviam invadido o Haiti (em 1934) para garantir o pagamento dos seus capitais. Esse congelamento de verbas brasileiras era, na verdade, um empréstimo que não rendeu juros.

Então, perguntara o estar-



recido leitor, não há lógica na atitude dos EUA? Eles não pagam o dinheiro que tomam emprestado de outros países, e invadem os países que não pagam o que devem a eles? Exatamente. É isso que fazem. Mas existe uma lógica nessa atitude: a lógica da força. A lógica da espoliação imperialista. E para essa lógica, fatores como a igual-

dade de dígitos ou a garantia de uma existência digna para os povos são coisas de novela. Por isso, o Citicorp, os banqueiros internacionais e os próprios governos dos países credores pressionam, ameaçam, atacam os devedores que suspendem o pagamento da dívida. Para eles a dívida deve ser paga, mesmo que às custas da miséria dos trabalhadores.